



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES

LIDIANE CRISTINA COELHO

PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS EM SALAS
INCLUSIVAS NO CARIRI CEARENSE

CAMPINA GRANDE
2025

LIDIANE CRISTINA COELHO

PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS EM SALAS
INCLUSIVAS NO CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em Formação de Professores.

Linha de pesquisa: Linguagens, Culturas e Formação Docente

Orientador: Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento

CAMPINA GRANDE
2025

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C672p Coelho, Lidianne Cristina.

Processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos em salas inclusivas no Cariri Cearense [manuscrito] / Lidianne Cristina Coelho. - 2025.
85 p.

Digitado. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2025.
"Orientação : Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento, Departamento de Letras e Educação - CH. "

1. Escola inclusiva. 2. Material reducionista. 3. Surdos. I.
Título

21. ed. CDD 371.9

LIDIANE CRISTINA COELHO

PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS EM SALAS
INCLUSIVAS NO CARIRI CEARENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestre em Formação de Professores.

Linha de pesquisa: Linguagens, Culturas e Formação Docente

Aprovada em 26 de fevereiro de 2025

Documento assinado digitalmente

 **JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO**
Data: 10/07/2025 13:25:23-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Juscelino Francisco do Nascimento
Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **DILEIA APARECIDA MARTINS**
Data: 26/02/2025 16:11:09-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Diléia Aparecida Martins
Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **PATRICIA CRISTINA DE ARAGAO**
Data: 09/07/2025 16:28:54-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Patrícia Cristina de Aragão
Membro da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente

 **LIDIANE CRISTINA COELHO**
Data: 10/07/2025 15:38:50-0300
Verifique em <https://validar.jb.gov.br>

Lidiane Cristina Coelho
Mestranda

Aos meus amigos especiais, aos professores dedicados e, especialmente, aos meus pais, Bento e Luciana, fontes inesgotáveis de amor e apoio.

AGRADECIMENTOS

Minha jornada e determinação em compartilhar conhecimentos nas universidades só foram possíveis graças ao apoio de colegas, amigos, professores, orientadores e intérpretes de Libras. Agradeço à Karla, que contribuiu com as correções da minha dissertação, conforme as normas da ABNT, e ao professor Juscelino Nascimento, que me ofereceu oportunidade, confiança e demonstrou muita paciência. Apesar da distância – ele reside no Piauí e eu morava em Juazeiro do Norte – conseguimos manter uma comunicação constante pelo WhatsApp. Minha gratidão também aos intérpretes de Libras Herbert e Jeane, que estiveram ao meu lado durante essa caminhada. Na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), apesar de contarmos com apenas dois intérpretes para todas as aulas, seminários e momentos de discussão, eles demonstraram paciência e dedicação extraordinárias. Muito obrigada a todos que contribuíram para essa realização.

Embora esteja distante dos meus pais, Bento e Luciana, sinto-me feliz por ter chegado até aqui. Sou grata a eles por me criarem com amor e por me permitirem explorar o Nordeste e o Sul. Não sei exatamente como fui parar no Nordeste, mas sei que meus pais sempre me enxergaram pelo que sou e nunca se importaram com o fato de eu ser diferente. Agradeço profundamente por ter pais tão amados.

O apoio dos meus amigos, especialmente de Roger Prestes, foi fundamental para a minha trajetória. Ele me motivou a entrar no projeto da UEPB e a sonhar em ser mestrande. Não importa quem ele seja para os outros, sei que ele tem um coração generoso. Sou igualmente grata aos amigos do Nordeste, que me acolheram e me aceitaram quando cheguei ao Cariri Cearense.

Tive momentos difíceis ao me mudar para cá, mas morar com amigos que me compreendiam e sempre buscavam me incentivar fez toda a diferença. Além disso, os professores bilíngues, que participaram de discussões significativas, contribuíram imensamente para o meu crescimento. Valorizo, profundamente, cada um desses momentos e pessoas que tornaram minha jornada mais leve e inspiradora.

Apreendi muitas coisas no Nordeste, especialmente ao ingressar na direção da Associação dos Surdos de Juazeiro do Norte (ASJUA). Tive a honra de atuar como vice-presidente e, posteriormente, como secretária. Sou muito grata ao grupo por confiar em mim e reconhecer meu trabalho sério. Minha trajetória profissional também foi marcada por grandes oportunidades no Nordeste. Fui instrutora de Libras em uma

escola da prefeitura de Juazeiro do Norte e, mais tarde, assumi o cargo de professora substituta na Universidade Federal do Cariri (UFCA). Além disso, fui convidada a atuar como intérprete de Libras em diversos eventos. Essas experiências me fizeram perceber que ingressei em um mundo repleto de aprendizados, lutas e oportunidades no Nordeste, que superaram as vivências que tive no Sul. Por isso, acredito que não existe um lugar melhor para viver entre o Sul e o Nordeste, pois cada região tem seu valor único e contribuiu bastante para a minha história.

Agradeço por me proporcionarem oportunidades na universidade, trazendo orgulho e formação profissional, além de sempre estimular novas pesquisas.

Não sei como consegui suportar uma viagem de 9 horas ou mais, percorrendo da Ceará até Campina Grande – PB. Os momentos difíceis surgiram durante essa jornada, mas sei que superar as adversidades a cada dia me proporciona aprendizado constante. Agradeço por todas as experiências vividas, pois elas contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Obrigada por essa incrível jornada na Universidade, que certamente deixará um legado duradouro em minha vida profissional e acadêmica.

Recuso-me a ser considerada excepcional, deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional.

Voo da gaivota, Emmanuelle Laborit.

RESUMO

No decorrer dos últimos tempos, a comunidade surda vem se mobilizando em todo o território nacional na luta pela defesa de uma educação equitativa de qualidade para as crianças surdas. Nesse prisma, a Educação Inclusiva vem passando por mudanças e transformações no que se refere à permanência do aluno surdo na escola. Pensando nesse aluno surdo que se faz presente em um ambiente escolar de ouvintes, objetivamos, nessa pesquisa, analisar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos do Ensino Fundamental Anos Finais em salas inclusivas na rede pública de ensino localizadas em Juazeiro do Norte – CE. Diante desse contexto, nos deparamos com uma lacuna existente em relação a materiais reducionistas, conteúdos educacionais desenvolvidos, capacitação de professores e métodos pedagógicos visuais para o surdo. Para nos fundamentar nesta pesquisa, nos respaldamos em autores como Campelo (2007), Skliar (1999), Lacerda (2011), Perlim e Strobel (2008), dentre outros. Quanto à metodologia, seguimos uma abordagem qualitativa, em uma pesquisa exploratória com base em autores como Gil (2002) e Mazucato (2018), a partir de instrumentos específicos de análise descritiva como uma entrevista aplicada junto aos participantes. Para a geração de dados, faremos uma entrevista aberta com quatro professores que trabalham na rede pública de ensino no atendimento aos alunos surdos. Nesse sentido, a análise nos fará refletir sobre a educação do surdo em escolas públicas em turmas inclusivas, na preparação de materiais didáticos, além de contribuir para a formação continuada de professores, pedagogos e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Como resultado desta pesquisa, será desenvolvido um e-book em Libras, voltado para os professores ouvintes, com o propósito de preconizar a comunicação professor-aluno em sala de aula.

Palavras-chaves: Escola Inclusiva; Materiais Reducionistas; Surdos.

ABSTRACT

In recent times, the deaf community has been mobilizing across the country in the fight to defend an equitable quality education for deaf children. In this perspective, Inclusive Education has been undergoing changes and transformations regarding the permanence of deaf students at school. Thinking about this deaf student who is present in a hearing school environment, we aimed, in this research, to analyze the teaching-learning process of deaf students in Elementary School Final Years in inclusive classrooms in the public education network located in Juazeiro do Norte – CE. Given this context, we are faced with a gap in relation to reductionist materials, developed educational content, teacher training and visual pedagogical methods for the deaf. To base ourselves on this research, we rely on authors such as Campello (2007), Skliar (1999), Lacerda (2011), Perlim and Strobel (2008), among others. As for the methodology, we followed a qualitative approach, in an exploratory research based on authors such as Gil (2002) and Mazucato (2018), using specific descriptive analysis instruments such as an interview applied to the participants. To generate data, we will carry out an open interview with four teachers who work in the public education system serving deaf students. In this sense, the analysis will make us reflect on the education of deaf people in public schools in inclusive classes, in the preparation of teaching materials, in addition to contributing to the continued training of teachers, pedagogues and Specialized Educational Service (AEE) professionals. As a result of this research, an e-book in Libras will be developed, aimed at hearing teachers, with the purpose of promoting teacher-student communication in the classroom.

Keywords: Inclusive School; Reductionist Materials; Deaf.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MOVIMENTOS SURDOS E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS: O NACIONAL E O LOCAL	15
2.1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NA JUAZEIRO DO NORTE – CE .16	
3 MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO	20
3.1 IDENTIDADES SURDAS E O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA ESCOLA INCLUSIVA	36
3.2 PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS	54
4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	56
4.1 PARTICIPANTES DA PESQUISA	57
4.2 LOCAL DA PESQUISA.....	58
4.3 INSTRUMENTOS PARA A GERAÇÃO DE DADOS.....	59
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
7 REFLEXÕES E INOVAÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL	70
7.1 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO.	71
7.2 PRODUTO FINAL.....	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES.....	83

1 INTRODUÇÃO

As razões que me levaram a buscar o Mestrado da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) incluem o fato de que as universidades públicas que oferecem Mestrado em Educação relacionam as áreas de Políticas Educacionais, Ensino e Formação de Professores, o que demanda por mais pesquisas que sirvam de lastro para responder às novas mudanças sociais e, nesse sentido. A UEPB vem desempenhando um papel relevante quando se soma à vanguarda de pesquisadores que vêm desbravando os novos caminhos da educação, formação e ensino. Sabe-se ainda que a referida instituição possui um histórico de êxito na formação de mestres e doutores e que, não obstante as políticas de inclusão, garante a seus alunos não apenas o direito ao ingresso, mas também lhes dá as condições de permanência e conclusão com respeito aos direitos linguísticos dos surdos, garantindo-lhes ampla acessibilidade aos componentes curriculares do curso.

Como **Surda**, tendo como primeira língua a Língua Brasileira de Sinais - Libras e a língua portuguesa como minha segunda língua em sua modalidade escrita, tal garantia é fator preponderante e norteador de minha escolha pelo mestrado da UEPB.

Como catarinense, vivo dois caminhos diferentes nas regiões Sul e Nordeste. Conheci dois mundos distintos. Quando eu era criança, estudei em uma escola bilíngue chamada Instituto de Audição e Terapia de Linguagem – IATEL, localizada no centro de Florianópolis, voltada para surdos. Depois, cresci em uma escola inclusiva, onde sempre havia diversos intérpretes de Libras nas salas de aula. Mais tarde, fiz graduação em Letras/Libras, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), de 2017 a 2021.

Durante a graduação, participei de uma pesquisa de Iniciação Científica¹ sobre a acessibilidade linguística em espaços culturais, especificamente no Museu Paranaense. A pesquisa foi orientada pela Profa. Dra. Sueli Fernandes (UFPR) e despertou em mim o desejo de criar espaços mais acessíveis para crianças surdas.

Quanto ao Curso de Licenciatura em Libras:

[...] apresenta entre suas funções institucionais o fortalecimento da língua brasileira de sinais como língua de cultura, por meio da produção e socialização de conhecimento interdisciplinar em instâncias sociais

¹ O projeto está disponibilizado na página da internet no endereço <http://www.letraslibras.ufpr.br/libras-no-museu/>

promotoras da cidadania, com vistas à inclusão social de pessoas surdas. Nesse contexto, este projeto tem como objetivo produzir materiais pedagógicos em língua brasileira de sinais, contribuindo para a acessibilidade linguística, acesso à cultura e inclusão social de pessoas surdas no espaço museológico. Entende-se o museu como instituição cultural que pode contribuir na formação do professor, oferecendo seu legado para ampliar a educação escolar e o acesso ao conhecimento. O projeto está sendo desenvolvido, desde 2017, no Museu Paranaense, em Curitiba, e tem como produto o desenvolvimento de material didático denominado “VIDEOGUIAS BILÍNGUES” (Libras e Língua portuguesa) com a participação de acadêmicos bolsistas do curso de Letras Libras. A abordagem pedagógica aplicada à metodologia de produção do material didático que integrará o acervo do Museu Paranaense fundamenta-se em uma concepção de letramento bilíngue acadêmico (FERNANDES 2003, 2006, 2011) e tem como foco a formação do futuro docente de Libras, potencializando o desenvolvimento de metodologia específica na produção de materiais pedagógicos bilíngues, pesquisa e sistematização de léxico especializado multidisciplinar em Libras e a maior circulação e visibilidade da língua brasileira de sinais em espaços culturais. (UFPR, 2019).

Destaco que é muito importante ter acessibilidade linguística nos museus, tornando-os públicos e acessíveis para todos. Assim, a tecnologia de vídeos visuais em Libras, juntamente com imagens, proporciona uma combinação eficaz entre letramento e alfabetização para grupos de estudo de surdos e ouvintes.

As razões que me levaram a optar pela linha de pesquisa “Políticas Educacionais, Ensino e Formação” dizem respeito, primeiramente, à minha afinidade com o tema, porque tenho experiência em trabalhar com alunos surdos e ouvintes na educação inclusiva. Além disso, minha formação acadêmica vem ao encontro dessa linha e grupo de pesquisa, visto a relação existente entre a área de Letras/Libras e a área de Educação, a área de educação está diretamente ligada ao curso de Letras Libras, que promove o uso da língua de sinais como língua natural para alunos surdos na educação geral.

Atualmente, moro em Juazeiro do Norte, a segunda maior cidade do estado do Ceará, localizada no sertão, na Caatinga. De acordo com os dados do censo, a população total do município é de 278 264 habitantes (IBGE, 2021).

A região do Sertão do Cariri é composta por diversas cidades pequenas, próximas a Juazeiro do Norte, tais como Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.

O crescimento da educação bilíngue para surdos no estado do Ceará é animador e se traduz em grandes expectativas para a comunidade surda deste estado. Mais recentemente, em 2014, houve a implantação de escola bilíngue em tempo integral em três unidades da rede estadual: Instituto Cearense de Educação de Surdos, Instituto Filippo Smaldone e Francisco Suderlan Bastos Mota, de Fortaleza². A iniciativa atende estudantes surdos do 1º ano do Ensino Fundamental, facilitando a aprendizagem dos conteúdos escolares na língua materna (Libras) e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, nem todas as escolas são bilíngues, e há diversas metodologias utilizadas em salas bilíngues, onde se pratica tanto a língua oral quanto a língua de sinais, além do ensino da língua portuguesa na forma escrita.

Na capital do estado, Fortaleza, há três escolas bilíngues, mas no município de Juazeiro do Norte não há nenhuma instituição em que se trabalhe somente com a língua de sinais, ou seja, somente existe o atendimento de alunos surdos com escolas regulares inclusivas com ensino de Libras ou na sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, o que não é suficiente para o aluno surdo.

Portanto, cabe a indagação: o atual número de escolas bilíngues é capaz de atender a toda a população de crianças e jovens surdos do Brasil, considerando, por exemplo, que, segundo o IBGE (2010), só na cidade de Juazeiro do Norte há mais de 14 mil surdos?

Existe, aqui, a Associação dos Surdos de Juazeiro do Norte (ASJUA), fundada em 26 de fevereiro de 2011 e da qual sou vice-presidente. No Cariri, a ASJUA é a única associação dedicada à comunidade surda, promovendo diversos movimentos e lideranças na luta pelos direitos dos surdos.

Também existe a Universidade Federal do Cariri (UFCA), que oferece o curso de Licenciatura em Letras/Libras, iniciado em 2019. No entanto, poucos surdos estão matriculados nesse curso, que continua em funcionamento até o presente momento.

Temos, ainda, o Instituto Transformar – INTRA, fundado em 6 de julho de 2001, uma referência famosa, pois foi o primeiro a ser fundado e marcou a história da comunidade surda. Muitos surdos idosos, adultos, jovens e crianças usam a Libras e convivem com professores ouvintes e missionários ouvintes. Foi nesse ambiente que descobriram a possibilidade de se tornarem profissionais intérpretes de Libras.

² A escola bilíngue em Fortaleza oferece ambas as modalidades, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o Português escrito como segunda língua.

Considerando os pontos elencados, houve o interesse em desenvolver essa proposta de intervenção com base na seguinte problemática e questão norteadora: como se deve o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos em salas inclusivas, tendo em vista que esses alunos estão matriculados em escolas de ouvintes?

Reconhecer minha trajetória e afinidade com a área, nesse sentido, é submeter essa pesquisa às minhas vivências e experiências em um contexto de aprendizagem em escola regular, o que é relevante na escolha desse tema, por isso, enquanto trabalhava na escola regular na sala inclusiva, observei os espaços dentro da escola e da sala destinados a alunos surdos junto com diversos alunos ouvintes.

Diante do objeto proposto e da questão norteadora, esta investigação tem como objetivo geral analisar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos do Ensino Fundamental Anos Finais em salas inclusivas na rede pública de ensino localizadas em Juazeiro do Norte-CE. A pesquisa tem como cenário as escolas: Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Leão Sampaio e Escola Estadual de Ensino Fundamental Tarcila Cruz Alencar. A justificativa para a escolha destes locais se deve ao fato de serem as escolas do estado e do município que têm participantes surdos em sala inclusiva, totalizando 8 estudantes, com uma idade média entre 8 anos até 14 anos.

A fundamentação teórica deste trabalho é respaldada nas contribuições de Campelo (2007), Skliar (1999), Lacerda (2011), Perlim e Strobel (2008) entre outros. Quanto à metodologia, a pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, ao passo que, do ponto de vista dos objetivos, será exploratória. Nesse aspecto, baseamo-nos em autores como Gil (2002), Mazucato (2018) e utilizamos como instrumento de pesquisa uma entrevista aberta com as 4 pessoas que trabalham na rede pública de ensino no atendimento com os alunos surdos.

Com esta pesquisa, espero contribuir para que muitos professores conheçam os materiais adaptados, sem confundi-los com materiais reducionistas. Muitos profissionais pensam que é fácil criar materiais adaptados para alunos surdos que se combinam com o material didático. Infelizmente, nós, surdos, preferimos chamar esses materiais de reducionistas, porque os materiais adaptados são simplificados, removendo algumas informações e usando mais recursos visuais, mas muitas vezes sem incluir alfabetização.

Como os alunos surdos vão aprender a primeira e a segunda língua ao mesmo tempo? Quando eu trabalhava em uma escola inclusiva com meus alunos surdos, a maioria dos professores ouvintes pensava que era melhor usar material adaptado mais simples para que eles pudessem estudar. No entanto, não concordamos com isso. Preferimos ter material reducionista para criar recursos justos em letramento e alfabetização para alunos surdos, que precisam aprender duas línguas ao mesmo tempo. Esses materiais não podem omitir informações, exceto quando a informação se refere especificamente a sons, música, fonemas e outros elementos de alfabetização que não se aplicam aos surdos. Por isso, é importante participar e saber como criar materiais reducionistas justos sem omissões de informações.

Como resultado prático da pesquisa será desenvolvido um produto, um e-book em Libras, voltado para os professores ouvintes, para que possam ter o conhecimento da Língua de Sinais no intuito de preconizar a comunicação professor-aluno em sala de aula.

2 MOVIMENTOS SURDOS E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS: O NACIONAL E O LOCAL

Um professor surdo, graduado no Instituto Nacional de Surdos de Paris, com experiência, chama-se Ernest Huet, foi convidado, por Dom Pedro II, para vir de Paris para lecionar no Brasil. Ao chegar, ele começou a ensinar a Língua Francesa de Sinais para alunos surdos no Rio de Janeiro. No entanto, a maioria desses alunos residia fora do estado do Rio de Janeiro. O Imperial Instituto de Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi fundado em 26 de setembro de 1857. Nele, Huet ensinava no método de alfabeto manual francês e utilizando sinais. Durante esse período, os alunos dormiram nas instalações do INES, dedicando-se diariamente aos estudos.

Há registros de que Huet deixou o INES em 13 de dezembro de 1861. Posteriormente, o INES planejou desafios financeiros, quase fechando.

Peguei a citação, é interessante. Às vezes, pensamos que já existia um método antes de o professor surdo francês chamado Huet chegar. Depois que os povos surdos usaram os gestos antes.

Uma língua não pode ser criada artificialmente. A LSKB não foi feita por educadores ou por padres. E se a LSCB (língua de sinais dos centros urbanos) sofreu influências, através de educadores franceses, isto não significa que tais pessoas tenham elaborado a LSCB para nossos surdos. A língua de sinais já existia nos centros urbanos em que os surdos viviam, mesmo antes de Huet chegar ao Brasil. (Brito, 1993, p. 5).

A principalmente nos centros urbanos, pois nesses locais esses gestos eram utilizados e era fácil encontrá-los na comunidade surda. No entanto, é claro que não há registros históricos e livros, mas a comunidade surda pode transmitir as antigas histórias nos centros urbanos.

O crescimento da educação bilíngue para surdos no estado do Ceará é animador e se traduz em grandes expectativas para a comunidade surda deste estado. Mais recentemente, em 2014, houve a implantação de escola bilíngue em tempo integral em três unidades da rede estadual: Instituto Cearense de Educação de Surdos, Instituto Filippo Smaldone e Francisco Suderlan Bastos Mota, de Fortaleza³.

³ É o nome da escola bilíngue Francisco Suderland Bastos Mota em Fortaleza/CE.

A iniciativa atende estudantes surdos do 1º ano do Ensino Fundamental, facilitando a aprendizagem dos conteúdos escolares na língua materna (Libras) e na modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Na capital do estado, Fortaleza, há três escolas bilíngues, mas no município de Juazeiro do Norte não há nenhuma instituição em que se trabalhe somente com a Língua de Sinais, ou seja, somente existe o atendimento de alunos surdos com escolas regulares inclusivas com ensino de Libras ou na sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE, o que não é suficiente para o aluno surdo.

2.1 A História da Educação de Surdos em Juazeiro do Norte – CE

A implementação da educação bilíngue para surdos no estado do Ceará é motivo de otimismo e gera grandes expectativas para a comunidade surda local. Recentemente, em 2014, foi introduzida uma escola bilíngue em tempo integral em três unidades da rede estadual: Instituto Cearense de Educação de Surdos, Instituto Filippo Smaldone e Francisco Suderland Bastos Mota, em Fortaleza. Essa iniciativa visa atender estudantes surdos do 1º ano do Ensino Fundamental, proporcionando uma aprendizagem mais eficaz dos conteúdos escolares, tanto na língua materna (Libras) quanto na modalidade escrita da Língua Portuguesa.

Na capital do estado, Fortaleza, existem três escolas bilíngues. No entanto, no município de Juazeiro do Norte, não há nenhuma instituição que trabalhe exclusivamente com a língua de sinais. Ou seja, o atendimento aos alunos surdos ocorre apenas em escolas regulares inclusivas, com ensino de Libras ou na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, o que não é suficiente para atender às necessidades do aluno surdo.

Há poucas histórias sobre a educação de surdos em Juazeiro do Norte-CE, e são escassos os autores que escrevem sobre a história da educação inclusiva e bilíngue.

E assim, Juazeiro torna-se um importante centro regional, cultural e religioso, que cresce e moderniza-se, porém, como qualquer outra grande cidade brasileira, com inúmeros problemas socioeconômicos e ambientais, que não cabe aqui discutir e abordar. Essa condição de centro polarizador regional, conseqüentemente, motivou também a vinda de missionários religiosos para o município, bem como famílias de surdos, que iriam protagonizar as primeiras iniciativas educacionais e religiosas voltadas para os surdos residentes principalmente em Juazeiro do Norte. (Oliveira, 2020, p. 60).

Sabemos que Juazeiro do Norte tem uma forte influência cultural e religiosa, muitos surdos têm conhecimento das escrituras bíblicas, e, por isso, alguns tornam-se missionários. Às vezes, nas igrejas, há intérpretes de Libras, outras vezes, a Libras, embora nem todos os sinais são fornecidos desse recurso, mas é muito benéfico quando há missões ou pais surdos presentes, pois utilizam a nossa língua natural. Depois que o missionário norte-americano, ouvinte, Peterson, chegou a Juazeiro do Norte, ele trouxe auxílio à comunidade surda, pois, antes dele, muitos surdos não tinham conhecimento da língua de sinais.

No entanto, torna-se inviável que todos os surdos do Nordeste frequentassem o INES, devido às limitações financeiras da classe baixa e à distância específica. Assim, alguns surdos já estavam matriculados no INES, enquanto outros não, sendo essa razão pela qual Peterson chegou posteriormente.

Em abril de 1984, Dr. John E. Peterson veio à cidade de Juazeiro do Norte para ensinar um curso de LIBRAS para sessenta e cinco alunos no Seminário Batista do Cariri. Estava a primeira vez que foi ensinada LIBRAS no Cariri. Naquela mesma época, Peterson fez um levantamento de surdos na cidade de Juazeiro do Norte, assegurou que precisava trabalho com eles porque a maioria não conhecia sinais e nem português para falar, ler ou escrever. (Peterson, 2012).

A história no Brasil não se limita a Juazeiro do Norte. Em muitos estados, havia surdos que não sabiam escrever, ler ou usar uma língua de sinais formal. Huet chegou ao Rio de Janeiro em 1855, mas Peterson chegou a Juazeiro do Norte em 1984, 129 anos depois.

Sabemos que o Brasil é um país imenso e no qual há, atualmente, diferentes tecnologias, mas, naquela época, sem muitas, as informações demoraram a se espalhar até o Sudeste, por exemplo, onde se encontra o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que utiliza uma língua de sinais.

Posteriormente, ocorreu um acampamento no Nordeste, onde Peterson conheceu trinta surdos no Cariri:

O primeiro acampamento para surdos no Nordeste estava em Iguatu, Ceará, em agosto de 1984. Foi gratuito e cerca de trinta surdos do Cariri foram. Os que não conheciam a sua língua foram ensinados sinais. As aulas de LIBRAS também foram ensinadas para ouvintes que queriam aprendê-la. Os alunos que aprenderam LIBRAS no seminário funcionavam como conselheiros,

professores e intérpretes. Quase todos os anos desde 1984 esses acampamentos gratuitos para surdos têm sido feitos em vários lugares do Ceará, principalmente servindo a área do Cariri. (Peterson, 2012, p. 29).

Muitos idosos surdos vivenciaram uma realidade diferente da atual quanto ao aprendizado da língua de sinais, que ocorre em escolas inclusivas, bilíngues, associações de surdos e outros encontros. Na antiguidade, esse cenário era distinto, contudo, algumas vezes, no Cariri (formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), a disponibilidade para encontros, eventos e festas na comunidade surda é limitada, levando-nos a preocupações sobre as crianças surdas, que não podem permanecer em casa indefinidamente.

É sabido que, há alguns anos, a acessibilidade e a presença de intérpretes de Libras eram escassos na região, sendo fundamental a reflexão sobre o papel que envolve o autor Peterson, que contribuiu significativamente para a comunidade surda do Cariri, juntamente com intérpretes de Libras, professores, conselheiros e missões.

Atualmente, a Associação dos Surdos de Juazeiro do Norte – ASJUA está presente, mas é relevante conhecer a história da Associação Caririense para Deficientes Auditivos – ACADA, pioneira, em 2011, e do Instituto Transformar – INTRA, que tinha como objetivo lutar pelos direitos dos surdos.

A necessidade de uma escola para surdos estava presente por causa das falhas na educação deles. Em 2001 a Associação Caririense para Deficientes Auditivos (ACADA) foi organizada pela Peterson e Gavioli e uma escola, o Centro Educativo para Surdos (CEPS), começada no Bairro Triângulo de Juazeiro do Norte. ACADA foi uma organização não governamental (ONG), e todos os seus professores e obreiros voluntários estavam qualificados para ensinar surdos. [...] Em outubro de 2007 mudou o nome da organização e da escola para Instituto Transformar. (Peterson, 2012, p. 29-30).

O INTRA fechou por um breve período devido a questões financeiras na área educacional – Organização não governamental de apoio educacional ao surdo, e Peterson faleceu em 2014. Agora, ela funciona normalmente, oferecendo cursos de Libras para o público-alvo, permitindo que os ouvintes aprendam a língua de sinais.

As atividades do Instituto não se restringem apenas aos cursos de Libras para ouvintes, pois há também a participação de crianças surdas, com o objetivo de motivá-las a desenvolver novas amizades, a familiarizar-se com uma língua de sinais e a assimilar a cultura surda. Em encontros, muitas crianças surdas relatando já terem

frequentado o INTRA, e agora, como jovens, têm participação ativa. Além disso, destaca-se a existência do curso de música em Libras, ministrado por um professor surdo. Segundo Oliveira (2020, p.68) “e continuando a destacar as conquistas da comunidade surda na região, é fundamental destacar a aprovação, no ano de 2016, do curso de licenciatura em Letras Libras da UFCA, Campi Juazeiro do Norte”.

Continuamos lutando por conquistas para quebrar os preconceitos, barreiras e estereótipos/rótulos. Temos a Lei da Libras, intérpretes de Libras, professores surdos e ouvintes de Libras, além de algumas acessibilidades que conseguimos. A comunidade surda do Cariri necessita muito da educação bilíngue e já dispomos do curso de Licenciatura em Letras/Libras na Universidade Federal do Cariri (UFCA), mas, principalmente, falta a primeira escola bilíngue, tornando a turma bilíngue em Juazeiro do Norte uma iniciativa importante, vislumbrando um futuro que almeja a concretização dessa proposta.

3 MODALIDADE DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS E MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO

É fundamental explicar esses conceitos no contexto da interação entre as leis e o funcionamento das áreas as quais os alunos podem frequentar. Na escola, isso é especialmente crucial dado o predomínio das práticas de educação inclusiva, influenciadas por políticas que exigem a participação ativa da sociedade para promover equidade no processo de aprendizagem. Essas práticas não se limitam ao âmbito das instituições públicas, abrangendo também as privadas e outros estabelecimentos de ensino.

Destacamos a importância de trazermos uma breve discussão histórica, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, conforme Quadros (2024), em sua palestra realizada na 8ª edição do Congresso Internacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (COPELS)⁴, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis – SC. Conforme a pesquisadora, nesse período, foi fundada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 16 de maio de 1987. Em 1992, ocorreu o Congresso Internacional de Educação Bilíngue para Surdos no Rio de Janeiro. Já entre 1995 e 1999, houve também a formação de instrutores surdos. Em 1999, foi realizado mais um Congresso Internacional de Educação Bilíngue para Surdos, desta vez no Rio Grande do Sul. Além disso, a última formação de multiplicadores surdos, promovida pelo MEC, aconteceu em 2000.

Percebe-se que a sociedade antiga notou a falta de educação para as pessoas com deficiências, o que resultou em dificuldades para conviver com os alunos ‘comuns’ ou acompanhar o aprendizado deles. Portanto, em 1988, a Constituição decidiu separar as salas entre ‘comuns’ e ‘especiais’.

O atendimento educacional especializado, a partir da Constituição de 1988 e dos princípios de uma educação escolar inclusiva, deixou de ser uma terminologia diferente para designar a Educação Especial e passou a ser, de fato, o seu grande desafio. Trata-se de uma nova proposta, que marca uma grande virada no entendimento que a Educação Especial propiciará em favor da inclusão, em todos os níveis de ensino. (MEC, 2006, p. 26).

⁴ Mais informações sobre o evento podem ser obtidas no site: <https://copels.com.br/>

A Educação Especial provoca mudanças significativas, especialmente na formação dos professores, que precisam ser revisadas e ajustadas com urgência para abranger o conhecimento necessário para desenvolver práticas educacionais adequadas ao atendimento educacional especializado.

Em conformidade com as informações constantes no seu sítio eletrônico⁵, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) foi fundada, no Rio de Janeiro, em 1954, a partir das lutas dos pais em buscas de melhorias para a aprendizagem dos seus filhos com deficiências, garantindo a igualdade em relação aos outros. O objetivo da APAE é fornecer educação com foco exclusivo para pessoas com deficiências em todos os níveis e idades. A instituição conta com diversos profissionais, incluindo professores e psicólogos. No entanto, observa-se que a APAE recebe financiamento do governo, o que não é o caso de muitas escolas públicas que oferecem salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A diferença nos recursos financeiros levanta questionamentos. Pode-se supor que as escolas municipais, que geralmente têm um número maior de alunos com diversas necessidades, recebam menos verbas para apoio. Contudo, é importante notar que algumas famílias talvez não estejam cientes dos serviços oferecidos pela APAE, ou, em alguns casos, podem não ter acesso à instituição. Assim, cada família precisa tomar decisões sobre onde seus filhos com deficiências podem receber a melhor educação de qualidade.

Não se compreende por que a APAE foi fundada em 1954 e, somente em 1988, após a promulgação da Constituição Federal, foi estabelecida a Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que foi decisivo para o apoio ao desenvolvimento da educação especial.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), fundada em 16 de maio de 1987, é a representante oficial da comunidade surda no Brasil e tem como objetivo defender seus direitos, incluindo os linguísticos. No entanto, a Feneis critica as afirmações dos autores Sturm e Thoma (2015, p.12), que afirmam: “marcam o direito linguístico como direito humano fundamental, entendendo que a escola comum não possibilita a garantia desse direito através da oferta do Atendimento Educacional Especializado em turno oposto ao da educação na classe comum com ouvintes”.

⁵ Disponível em <https://www.atados.com.br/ong/associacao-de-pais-e-amigos-dos-excepcionais-apae-rio>.

Esses discursos são considerados problemáticos, pois a educação bilíngue não deve ser confundida com a interação no AEE. A maioria dos professores não aceita essa situação, seja porque os alunos surdos dominam a Libras ou os próprios professores não sabem se comunicar nessa língua.

Segundo Reis e Lima (2022, p. 4), houve um forte impacto no movimento surdo devido à ameaça de fechamento do INES.

O importante é perceber a relação que se estabelece entre os representantes das associações dos surdos, dos ativistas/pesquisadores/professores surdos e dos professores surdos; conquistas e fracassos de resistência e resiliência; a influência de movimento surdo – e a perspectiva da narrativa cultural, a partir da luta dos envolvidos na Educação de Surdos em que se baseia nesse movimento fundamentado desde o ano de 2011.

Todas as pessoas têm o direito de lutar em diversos movimentos. No documento “A educação que nós surdos queremos”, busca-se promover a inclusão, assim como o reconhecimento da Língua de Sinais e a valorização da cultura surda. Fernandes (2017) afirma que somos biculturais, pois vivemos no Brasil, onde a Língua Portuguesa é majoritária. No entanto, nossa primeira língua é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que é nossa língua natural. Precisamos aprender a ser biculturais, mas ainda é necessário que os direitos das sociedades sejam respeitados, conforme desejamos. Lembramos que a Constituição Federal garante todos os nossos direitos de acesso, assegurando a inclusão em nossa vivência cotidiana.

A necessidade de atualizar esse conceito é evidente, uma vez que as propostas educacionais precisam ser revistas e modernizadas. Por vezes, há uma tendência de associar imediatamente a necessidade de atendimento educacional especializado à presença de alguma deficiência, transtorno ou à percepção de que o aluno enfrenta maiores desafios no aprendizado, o que pode resultar na sua designação para a Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Quanto à educação especial:

[...] deve integrar a proposta pedagógica da escola, eliminando barreiras para a plena participação dos estudantes com deficiência. Preferencialmente em instituições de ensino regulares ou ambientes especializados (como por exemplo, escolas para **surdos**, escolas para cegos ou escolas que atendem a pessoas com deficiência intelectual). (Pieczykolan; Valle, 2022, p. 13).

Vemos, entretanto, que os professores do AEE ainda estão em processo de desenvolvimento, razão pela qual a maioria não possui habilidades para ensinar, explicar e lidar com os diversos tipos de pessoas com deficiências e transtornos. A educação especial no Brasil ainda é frágil, resultando, por vezes, em demora por parte das secretarias de educação para cursos, oferta de formação continuada, muitas vezes limitadas a apenas uma vez por ano. Diante disso, a maioria dos professores e pedagogos busca aprimorar metodologias, criar materiais didáticos, aulas planejadas e promoção de críticas e debates com colegas, coordenadores e diretores escolares.

Outro ponto de discordância é quando os alunos surdos são colocados na sala do AEE, já que muitos professores de AEE não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a mistura de alunos com diferentes deficiências, incluindo surdos, pode resultar em grandes prejuízos. Sugerimos, assim, que os alunos surdos tenham a oportunidade de aprender na sala de reforço, onde possam ter acesso à língua, cultura e identidade surda, com uma metodologia focada em Libras. Defendemos que a melhor abordagem seja a educação bilíngue de surdos, permitindo que aprendam as duas línguas: Libras e português, na modalidade escrita.

Acredita-se que a educação inclusiva faça parte integrante de uma sociedade inclusiva que respeita as diversas línguas, etnias, gêneros, religiões, LGBTQIA+ e outros. Quando essas diversidades são incorporadas nas escolas inclusivas, percebemos que não é necessário perguntar se há uma pessoa com deficiência, podemos perceber e sentir quem é, conhecendo-os pelo nome e pelo sinal em Libras. É simplesmente uma questão de saber quem é, sem a necessidade de rotular alguém pela deficiência que possa ter.

É importante ter cuidado com a terminologia utilizada ao falar sobre pessoas com deficiência. Desse modo, devemos evitar termos como “portador de deficiência”, “anormal”, “problema”, “doença” e outras palavras que possam ser desrespeitosas.

Incomoda-nos quando as pessoas discutem se aqueles com dificuldades de aprendizado ou se a pessoa com deficiência precisa se esforçar para serem “normais”.

Na escola inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças com deficiência ou dificuldades de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. (Soares, 2020).

Sabemos que a diferença entre a abordagem biomédica e a social é evidente nas crenças. A perspectiva biomédica busca que as pessoas atendam aos padrões de normalidade e perfeição na sociedade, enquanto a abordagem social acredita que não é necessário ser “normal”, pois se reconhece que são diferentes e não merecem ser vistos como robôs, bonecas e cobaias, por isso não se acredita em normas e padrões como perfeitos para os seres humanos. Em vez disso, a crença é na existência de diversidades e teorias diversas.

As crianças manifestam diversas culturas, identidades, vivências e línguas. Se uma criança tem uma deficiência que não pode ser curada devido à própria natureza da deficiência, isso é considerado como um motivo de preconceito.

Esses termos de biomédico e social são profundamente estudados com foco na área da saúde. Por exemplo, qual é a relação biopsicossocial no campo médico, principalmente porque os profissionais médicos pesquisam no foco nas doenças, dependendo do século XX.

No entanto, é importante lembrar que existe a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei N° 13.146/2015:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Brasil, 2015).

A igualdade, o direito e a liberdade são conceitos fundamentais que devem ser garantidos nas escolas inclusivas, assegurando a liberdade, igualdade de oportunidades e direitos para todos os alunos. No entanto, é necessário visitar as escolas para verificar se esses princípios estão sendo realmente aplicados ou se algo está faltando para a sua efetivação real. Para isso, é importante consultar o que prevê a LBI.

A LBI foi promulgada em 2015, mas as práticas de educação inclusiva já existem há anos, com os professores trabalhando nessa área há bastante tempo. A Constituição Federal (1988) já assegurava direitos fundamentais aos cidadãos, como acesso à saúde, educação, trabalho e moradia. No entanto, é importante questionar se essas garantias estão sendo efetivamente alcançadas no trabalho e na educação, tanto antes quanto após a promulgação da LBI.

Após a Conferência Mundial sobre Educação Especial, preparada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada em Salamanca, Espanha, em 1994, surgiu a possibilidade de fortalecer a ideia de “educação para todos” permitindo que alunos com deficiência e/ou outras necessidades educacionais especiais frequentassem a escola.

Essa conferência destaca a relevância histórica desse evento e sua significância no contexto da educação inclusiva, como se vê abaixo:

Garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. (Declaração de Salamanca, 1994).

Mesmo nos dias atuais, 30 anos após a Conferência, a falta de conhecimento sobre a educação bilíngue para surdos persiste em alguns setores da sociedade, muitas vezes devido à falta de exposição ou compreensão do assunto. Esta lacuna ressalta a urgência de aumentar a conscientização e disseminar informações sobre essa abordagem educacional essencial para garantir o desenvolvimento pleno dos alunos surdos.

A educação bilíngue abrange diversos tipos de línguas na sala de aula, seja em instituições de ensino públicas ou privadas. A maioria das instituições públicas oferecem duas ou mais línguas, como o português e o inglês ou espanhol. No entanto, é difícil encontrar disciplinas de Libras nas escolas municipais, o que limita a oportunidade dos alunos de aprenderem mais de uma língua.

Embora seja obrigatório aprender a segunda língua, como inglês ou espanhol, devido às exigências curriculares, muitos alunos enfrentam dificuldades para escolher entre essas opções. Isso se deve, em parte, ao fato de que essas línguas não são utilizadas constantemente no Brasil. A importância da língua inglesa no cenário internacional é inegável, mas a falta de prática na comunicação pode prejudicar os alunos.

Observe-se esta citação quando as pessoas têm oportunidade de aprender a língua materna, considerando o contexto específico dos alunos.

Escola bilíngue, no sentido amplo da palavra, define-se por uma instituição de ensino que divide sua grade curricular entre dois idiomas. Ou seja, além do uso da língua materna, o aprendizado do conteúdo acadêmico é complementado através de uma língua adicional. (França, 2020, p. 8-9).

O problema reside no fato de que os ouvintes podem aprender a língua materna em casa antes mesmo de os pais os matricularem no ensino formal. Contudo, pais ouvintes com filhos surdos, em sua maioria, não possuem conhecimento sobre a Libras, o que resulta em muitos deles ensinando a fala aos filhos surdos. A eficácia desse método depende do uso de aparelhos auditivos ou Implante Coclear (IC) para treinar a fala, no entanto, a escolha da língua materna confortável para os surdos é variada. Ao chegar na escola, muitas vezes você encontra apenas a Língua Portuguesa, sem o uso da Libras, resultando em um atraso na aprendizagem da primeira ou segunda língua. As escolas, muitas vezes, não oferecem o ensino de Libras e têm apenas a contratação de professores ou instrutores de Libras.

Atualmente, enfrentamos desafios na educação especial para surdos relacionados à diversidade de aprendizagem, metodologias diferenciadas e aos diferentes níveis de surdez. Muitas vezes, os professores, tanto ouvintes quanto surdos, na área de educação especial, não dominam a língua de sinais, o que também se reflete nos demais profissionais. Assim, buscamos alcançar uma qualidade superior em nossa educação.

Embora a maioria das pessoas esteja familiarizada com o conceito de educação bilíngue, que envolve o uso de duas línguas, como o português e a Libras, é importante ressaltar que existem vários outros idiomas, dependendo do contexto da educação bilíngue. Esse modelo não se limita apenas às crianças, podendo ser aplicado em diferentes faixas etárias.

O projeto de Lei nº 4.909/2020 classifica a educação bilíngue para surdos como modalidade de ensino e propõe medidas para a implementação da educação bilíngue:

O Projeto de Lei 4909/20, do Senado Federal, determina a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino independente, com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

É fundamental considerar a proposta de educação bilíngue para a estruturação do local, a definição de novas direções, a contratação de novos profissionais, a

elaboração de novos editais e sistemas. No entanto, no Brasil, não existem padrões uniformes para projetos na educação bilíngue de surdos, uma vez que cada estado pode ter sua própria escola bilíngue com metodologias, estruturas e Projetos Políticos-Pedagógicos (PPC) distintos. Infelizmente, isso resulta na inexistência de um padrão nacional para projetos de educação bilíngue para surdos no Ministério da Educação.

A questão é que os surdos têm poucas oportunidades de formação em áreas diversas e há uma variedade de disciplinas ministradas nas escolas bilíngues, como geografia, ciências, artes, educação física, entre outras.

Entretanto, tanto surdos quanto ouvintes têm a oportunidade de se formar na área de Libras, por meio do curso de Letras/Libras, conforme a oferta disponível nas diferentes localidades, sejam urbanas ou rurais, onde a disponibilidade de formações em diversas áreas é mais limitada, o que impacta na viabilidade da implementação de políticas que ofereçam educação bilíngue para surdos. No entanto, é notável que os ouvintes podem contribuir positivamente se possuírem essa formação. Além disso, estamos satisfeitos ao perceber que a valorização da cultura surda e da língua de sinais está começando a se tornar mais reconhecida em nível nacional.

O Ministério da Educação (MEC) afirmou que a educação é um direito de todos e, por isso, devemos promover mais educações bilíngues em todo o Brasil. Nessa direção, a Lei Nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), instituiu a modalidade de educação bilíngue de surdos. Entretanto, ainda não se vê, massivamente, as propostas sobre a educação bilíngue materializadas.

Conforme está posto na LDB:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos Desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais – Libras, como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdos-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdas com altas habilidades ou superdotação ou com pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Brasil, 1996).

Sabe-se que as modalidades são diferentes nas línguas espaciais orais e visuais. Por exemplo, a modalidade oral pode ser a língua portuguesa, francesa, japonesa etc. A modalidade visual inclui a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a

Língua Francesa de Sinais, a Língua de Sinais Mexicana, entre outras. No entanto, no sistema de ensino regular, apenas a língua portuguesa na modalidade oral é predominante em todas as escolas. Onde estão, então, as línguas visuais naturais das crianças surdas?

Nesse cenário, compreendemos que as diversidades linguísticas e culturais precisam ser valorizadas. A esse respeito, a LDB destaca:

Art. 79-C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa. (BRASIL, 1996).

Para que haja, efetivamente, esse apoio, é necessário que as autoridades políticas se engajem com esse objetivo, a fim que se tenha esse apoio à educação bilíngue ou classes, dependendo das propostas. Assim, precisamos investigar, por exemplo, quantas crianças surdas existem em nossa cidade e buscar evidências de onde elas estudam e como os professores preparam atividades para elas. Portanto, é importante explicar, claramente, aos políticos (mas não apenas a eles) como funcionam as diversas leis relacionadas, pois às vezes eles não estão cientes da existência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto à educação bilíngue, que, quase sempre, não é de interesse deles.

De acordo com a Profa. Dra. Flaviane Reis, docente surda da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e vinculada, à época, à Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), durante uma palestra, em 2023, na Universidade Federal do Cariri (UFCA), existem oito motivos para oferecer a educação bilíngue. O primeiro motivo é elaborar uma política de educação bilíngue de surdos em escolas bilíngues, escolas-polos e classes bilíngues de surdos. O segundo motivo é proporcionar ambientes de encontro linguístico para surdos. O terceiro motivo é a criação de creches e escolas bilíngues de ensino fundamental e médio em todos os municípios. O quarto motivo é garantir a qualificação de todos os profissionais envolvidos na educação bilíngue de surdos. O quinto é a implementação do Educação de Jovens e Adultos (EJA) bilíngue noturno para adultos surdos nas escolas de surdos. O sexto motivo é a disponibilização de recursos tecnológicos nas escolas bilíngues, escolas-polos bilíngues e classes bilíngues de surdos. Além disso, o sétimo motivo é a revisão do papel das clínicas em relação à educação bilíngue de surdos,

e, por fim, o oitavo motivo é garantir a presença de profissionais intérpretes nos eventos da escola para efetivar a participação e inclusão da família ouvinte.

Segundo Paddy Ladd, a ideia de '*Deafhood*' foi introduzida em 1990, uma palavra que abrange diversas identidades e culturas surdas na área de estudos surdos e representações. Por outro lado, a surdez é invisível, quando vista como “deficiência auditiva”, é geralmente tratada no campo da saúde, sob a perspectiva médica.

Concordo com Paddy Lady (2003), para quem o/a professor/a surdo/a é o modelo ideal e necessário para que a criança surda possa construir sua identidade positiva, pois, além do referencial linguístico, faz circular artefatos da cultura surda, da arte surda, da literatura surda, enfim, do jeito de “ser surdo” no mundo e a importância dessa experiência estar incorporada ao currículo.

Por conta das dificuldades enfrentadas ao longo da vida, poucos surdos conseguem trabalhar como servidores efetivos nas esferas municipais, estaduais e federais da educação. Além disso, a sociedade ainda precisa reconhecer que professores surdos são modelos de identidade para crianças surdas, principalmente no contato com a língua natural. No entanto, é igualmente necessário que esses alunos aprendam a alfabetização na segunda língua, o português.

Portanto, é necessário romper com o tabu de que a disciplina de L1 e L2 parece ser separada, quando na verdade é mais apropriado usar a terminologia correta para um professor bilíngue, em vez de simplesmente L1 ou L2.

Atualmente, existem 64 escolas bilíngues para surdos, com um total de 63.106 alunos surdos, surdo-cegos e com deficiência auditiva, de acordo com dados de 2020 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Mesmo com a informação advinda do INEP, temos dúvidas sobre a existência de escolas bilíngues em 64 instituições, e se esses números podem variar, de modo que é necessário pesquisar os dados de 2024 do INEP. Além disso, há incerteza quanto à veracidade da designação dessas escolas como bilíngues, pois, muitas vezes, essa denominação é apenas formal, sem correspondência com a prática real.

Para exemplificar essa necessidade de escolas bilíngues, destacamos que, no Rio Grande do Sul, existem 13 escolas para surdos, entre municipais, estaduais e privadas, em uma população de 617 mil pessoas surdas. Essa realidade levou a comunidade surda do estado a lutar incansavelmente por seus direitos, especialmente no que diz respeito à educação de qualidade, desde o Ensino Fundamental até o ensino superior. Felizmente, a política local aceitou apoiar essa causa.

Desejamos saber se existem dados, para os anos de 2020 ou 2024, sobre a existência de classes bilíngues, polos bilíngues para surdos ou Educação de Jovens e Adultos (EJA) bilíngue. Até o momento, não obtivemos resultados.

Atualmente, há algo equivocado na legislação do município de Juazeiro do Norte – CE. Segundo o IBGE, em 2010, havia 15.537 surdos ou deficientes auditivos na cidade.

O que se tem, até o momento, são leis que tratam, diretamente ou não, da questão que ora pesquisamos. Conforme a Lei 3656/2010, de 23 de março de 2010, trata da obrigatoriedade da inclusão da Língua Brasileira de Sinais – no currículo escolares no âmbito do Município de Juazeiro do Norte:

Art. 3º - Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso no artigo anterior [à comunicação, à informação e à educação nos processos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades da educação oferecida na área de sua abrangência], o Sistema Municipal de Educação de Juazeiro do Norte deverá:

I - promover cursos de formação dos professores para:

- a) o ensino e uso de LIBRAS;
- b) a tradução e a interpretação de LIBRAS para a Língua Portuguesa;
- c) o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino de LIBRAS e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para os alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de LIBRAS;
- b) tradutor e intérprete de LIBRAS para a Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas;
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos específicos, em turno contrário ao da escolarização regular;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de LIBRAS entre professores, alunos, funcionários, gestores e familiares, inclusive por meio de oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com o aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em LIBRAS, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

A mesma lei, em seu Capítulo III – Da garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, determina, no Art. 9º, que:

As instituições municipais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes para os anos finais do ensino fundamental, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de LIBRAS para a Língua Portuguesa.

Evidenciamos que, mesmo depois de 14 anos desde a sua promulgação, as práticas de educação inclusiva ou bilíngue continuam sendo uma exceção. Na cidade de Juazeiro do Norte já temos a Lei 3656/2010, que institui a obrigatoriedade da inclusão da Língua Brasileira de Sinais no currículo escolar. Mesmo que exista a disciplina de Libras nas escolas comuns, a Lei parece ter perdido sua importância e não é lembrada nem mesmo pelos políticos. Além disso, infelizmente, a maioria dos professores bilíngues não domina a Libras, o que é um problema grave, apesar de haver essa previsão na referida lei municipal.

A Lei 5356, de 30 de agosto de 2022, por sua vez, institui a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a tradução simultânea dos trabalhos parlamentares nas Sessões da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte – CE.

Conforme essa lei:

Art. 1º Fica assegurado aos surdos e deficientes auditivos o direito à inclusão, à comunicação e a informação através da tradução simultânea, por intérpretes do Sistema Libras, dos Trabalhos Parlamentares da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte-CE.

Parágrafo único. As Sessões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) e as Sessões Solenes da Câmara Municipal, bem como as transmissões em TV ou nas redes sociais, serão traduzidas simultaneamente por intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e demais recursos de expressão a ela associados.

Cientes dessa normativa, questionamos se há intérpretes de Libras disponíveis para tecnologia de TV com acessibilidade linguística na Câmara Municipal, onde há apenas um único intérprete de Libras, o que não é suficiente. Portanto, é necessário solicitar a presença de mais profissionais para atuar como intérpretes de Libras, tanto na Câmara quanto nas transmissões de TV.

A Lei 5332/2022, de 11 de julho de 2022, dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação em braile e em Libras nas portas dos gabinetes e salas de repartições públicas e privadas para os deficientes visuais e auditivas e adota outras providências:

Art. 1º – Fica instituído, no âmbito do Município de Juazeiro do Norte, a identificação em braile e em libras nas portas dos gabinetes e salas de repartições públicas, para os deficientes visuais e auditivas.

Art. 2º – As identificações das placas com o nome específico de cada setor.

Art. 3º – As placas devem estar adaptadas para devida altura.

Art. 4º – O Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

É muito sério quando não há acessibilidade linguística em Libras ou braile em qualquer lugar. Nesses casos, as empresas ou a Câmara Municipal podem ser multadas ou processadas, pois há pessoas surdas, com deficiência auditiva, visual e surdocegas que desejam trabalhar, estudar e visitar museus, por exemplo.

Seguindo a apresentação das leis, a Lei Nº 5.398, de 07 de novembro de 2022, dispõe sobre a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no horário de atendimento ao público, em todas as Agências Bancárias do Município de Juazeiro do Norte –CE e dá outras providências:

Art. 1º As Agências Bancárias do Município de Juazeiro do Norte-CE deverão contar com a presença de Intérprete de LIBRAS, ou com a possibilidade de capacitação do quadro de funcionários para atuar no horário de atendimento ao público ou sistema que integre e supra essa função para atendimento dos deficientes auditivos.

Art. 2º O atendimento deverá estar em consonância com os horários de funcionamento das Agências Bancárias.

Art. 3º O Intérprete presencial atenderá todos aqueles que, por deficiência auditiva, necessitam da sua interpretação, utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em local de fácil acesso e com sinalização de indicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As pessoas surdas frequentam bancos, onde encontram muitas barreiras de comunicação e dificuldades no atendimento. A maioria dos funcionários não conhece Libras, e é raro encontrar instituições bancárias que oferecem cursos de Libras. Geralmente, são os próprios funcionários que se esforçam para aprender a língua de sinais fora do ambiente de trabalho. Por isso, é incomum encontrar pessoas que saibam Libras nesses espaços. Em algumas ocasiões, quando é necessário, eles

tentaram usar webcams e computadores para se comunicar com a ICOM (uma ferramenta que permite a comunicação entre ouvintes e surdos que falam Libras), mas problemas com a conexão de internet acontecem, por exemplo. Além disso, nós, surdos, preferimos nos comunicar diretamente com os funcionários do banco, em vez de usar a ICOM ou aplicativos, pois, muitas vezes, tratamos de assuntos pessoais.

A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu Art. 24, afirma que:

Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, inclusive:

[...]

- b. Tornando disponível o aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- c. Garantindo que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

No entanto, isso está relacionado à legislação nacional, pois as leis são as mesmas em todo o país, inclusive na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Devido a isso, a comunidade surda do Cariri possui pouco conhecimento sobre essas leis e, conseqüentemente, não sabia que tinham direitos a serem garantidos, principalmente no âmbito da educação.

A lei mais recente que temos é a Lei Municipal N° 5.431, de 23 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do Profissional Tradutor, Guia-Intérprete e Intérprete de Libras.

Em seu Art. 6º, temos que:

São atribuições do tradutor, Guia-Interprete e intérprete, no exercício de suas competências:

- I- Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdas, surdos e surdo cegos, surdos cegos e ouvintes, por meio de Libras para a Língua Oral e vice-versa;
- II- Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais – Língua Portuguesa, as atividades Didático Pedagógicas e Culturais desenvolvidas nas Instituições de Ensino nos Níveis Fundamental, Médio e Superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

- III- Atuar nos Processos Seletivos nas Instituições de Ensino e nos Concursos Públicos;
- IV- Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades das Instituições de Ensino e Repartições Públicas;
- V- Atuar na tradução de atividades e materiais artísticos culturais a fim de prestar acessibilidade para o público usuário de Libras.

As informações contidas no artigo 6º destacam que os intérpretes de Libras podem desempenhar suas funções em diversos locais, incluindo a tradução de atividades e materiais artísticos e culturais para garantir acessibilidade. Isso pode ocorrer em museus, palcos de teatro ou shows, entre outros. No entanto, cabe ressaltar que a presença de intérpretes de Libras em atividades culturais ainda é limitada e depende da iniciativa dos próprios surdos em exigir esse direito. Além do mais, a decisão final cabe às empresas, que podem ou não aceitar a solicitação dos intérpretes de Libras.

Quanto à carga horária de trabalho do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, o Art. 9º diz que “a duração do trabalho dos profissionais de que trata essa Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta horas semanais)”. O parágrafo único desse artigo determina que “o trabalho de tradução e interpretação superior à uma hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais”.

É importante ressaltar que a contratação de apenas um intérprete de Libras por parte de empresas ou instituições para um aluno surdo ou funcionário surdo é impraticável. Imagine-se em uma reunião ou aula de duas ou quatro horas, o trabalho de tradução do intérprete de Libras não é simples, pois ele não apenas traduz as falas dos outros, mas também a voz da pessoa surda. É essencial que os surdos tenham o direito de compreender o que está sendo dito, e, portanto, é ideal a contratação de dois ou mais intérpretes de Libras, dependendo do número de surdos presentes.

Sabe-se que muitos surdos desconhecem essas leis que garantem seus direitos. Portanto, é fundamental divulgá-las para todos, pois a maioria da comunidade surda, bem como a sociedade e a política, precisam estar cientes delas.

Sabe-se que o papel de professor é superior ao do instrutor. O profissional professor possui mais conhecimento do que o instrutor, que estuda apenas por volta de 1 ano para trabalhar como apoio na área dos professores. Por exemplo, o instrutor ensina os alunos a dirigir um carro, enquanto o instrutor de Libras existe desde o decreto 5.625 de 2005, já fazem 10 anos que atuam como instrutores de Libras. No

entanto, reconhece-se que é melhor mudar o papel para mediação. As políticas públicas ainda estão discutindo sobre as funções entre instrutor e mediador. Por outro lado, o professor estuda por cerca de 4 anos em qualquer área, como no curso de Letras, que pode abranger língua portuguesa, francesa, alemã e até mesmo Letras Libras. Portanto, o professor detém mais poder do que outros, pois são eles que criam os planos, metodologias mediam as salas de aula, atribuem notas e elaboram relatórios, entre outras responsabilidades.

O papel de cuidador é muito diferente do papel do professor e do instrutor. A maioria dos cuidadores atua dentro das salas inclusivas, auxiliando alunos com deficiências que enfrentam dificuldades para estudar, ir ao banheiro ou à cantina. Às vezes, criam atividades específicas para eles, surge a questão da justiça; será que recebem a mesma formação continuada que os professores na prefeitura de educação? Será que compreendem profundamente os temas das atividades quando explicados pelos professores e quando os professores as entregam, os cuidadores podem executá-las?

O papel do intérprete de Libras difere do papel do professor de Libras, sendo crucial compreender esses conceitos específicos em cada área e para cada profissional. Nem todos estudam da mesma maneira, o intérprete atua em diversos contextos, interpretando o que os professores ouvintes dizem na sala de aula para os alunos surdos, que desejam entender sobre qual assunto estão falando e sobre qual matéria. Os alunos surdos podem fazer perguntas e tirar dúvidas dos professores ouvintes, e o intérprete traduz suas vozes, principalmente para a língua de sinais – Libras. Eles também auxiliam na entrega das atividades em sala, traduzindo-as para que os alunos surdos compreendam o conteúdo.

Segue a citação do autor Junior sobre a importância do trabalho do intérprete.

Não podemos deixar de lado a importância do trabalho dos intérpretes que foram solicitados para atuar em áreas e situações diversas, sejam em palestras, congressos, eventos, debates e nas escolas. O trabalho do intérprete tornou-se necessário para a comunicação e interação entre surdos e ouvintes. Essa interação é necessária porque permite aos surdos compartilhar experiências, suas com os ouvintes e, vice-versa. Além disso, acompanham a inserção social dos surdos, no seu ambiente de trabalho, permitindo que ele possa compartilhar sua cultura. (Cunha Junior, 2015, p. 124).

Os intérpretes precisam estudar em diversas áreas, mas não é fácil pensar em duas línguas ao mesmo tempo. Assim, precisamos valorizar o profissional intérprete de Libras ou outras línguas.

A esse respeito, a Lei Nº 14.704, de 25 de outubro de 2023 alterou a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Agora, conforme o Art. 8º-A, “a duração do trabalho dos profissionais de que trata esta Lei será de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) horas semanais” (Brasil, 2020). De acordo com o parágrafo único do mesmo artigo, “o trabalho de tradução e interpretação superior a 1 (uma) hora de duração deverá ser realizado em regime de revezamento, com, no mínimo, 2 (dois) profissionais. (Brasil, 2020)”.

Os intérpretes de Libras dominam a Língua Brasileira de Sinais, mas não apenas por meio de cursos de Libras. Eles precisam ter formação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras, ou no curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras, ou em Letras – Libras. Além disso, é importante ressaltar que cursos de extensão, formação continuada ou especialização, com até 360 horas, são necessários para complementar a formação (Brasil, 2005).

Conforme a Lei Nº 14.704/2023, a carga horária de trabalho dos intérpretes de Libras foi alterada para 6 horas por dia ou 30 horas semanais e não basta contratar apenas um intérprete em empresas ou instituições. É necessário contratar pelo menos dois intérpretes de Libras, ou mais, dependendo do número de surdos presentes. Isso visa preservar a saúde física e mental dos profissionais de interpretação em Libras e evitar danos à saúde.

3.1 Identidades Surdas e o Público-Alvo da Educação Bilíngue de Surdos na Escola Inclusiva

É importante compreender por que existem as diversas identidades para cada pessoa ‘Ser’, tem relação na história, convivência, povos e coletivos até na sociedade, por isso existe o tempo mudança. Assim, “precisamos compreender a Identidade não

como uma definição pronta e acabada, mas em seu percurso social fundamentado em convivências pessoais e/ou grupais/coletivas que fazem emergir a pluralidade e a essência das diferenças, ou seja, as Identidades”. (Cunha Junior, 2022, p. 350).

De acordo com Gladis Perlin (1998), existem sete identidades surdas diferentes:

1. Identidades Surdas – Identidade política
2. Identidade Surdas Híbridas
3. Identidade Surdas Flutuantes
4. Identidades Surdas Embaçadas
5. Identidades Surdas de Transição
6. Identidades Surdas da Diáspora
7. Identidades Intermediárias

Cada uma dessas identidades possui características específicas. Atualmente, acredita-se que existam mais identidades, refletindo a diversidade de culturas no mundo e no Brasil, conforme Carvalho e Campello (2022), como se vê a seguir:

1. Identidades Surdas – Políticas

Esta identidade surda é descrita por lutas políticas em prol da melhoria da acessibilidade linguística, educação e convivência na sociedade. Os membros dessa identidade utilizam a língua de sinais para expressar sem reservas quem são. Muitos líderes têm e buscam a inclusão de legendas em cinemas e televisões, bem como a presença de intérpretes de Libras em janelas de notícias. Além disso, participam de associações de surdos em suas localidades.

2. Identidades Surdas Híbridas

Os surdos podem conviver com ouvintes, ou passar por acidentes ou doenças que resultam em surdez. No entanto, muitos deles apreciam as vozes e têm habilidades para falar e escrever em Língua Portuguesa. Essa capacidade permite

que vivam em meio às duas comunidades, a surda e o ouvinte, no entanto, enfrentam algumas dificuldades na oralização, audição e podem utilizar a língua de sinais.

3. Identidades Surdas Flutuantes

Os surdos que não têm contato com a comunidade surda e desconhecem suas culturas podem não participar de associações ou movimentos políticos. Alguns utilizam aparelhos auditivos e sentem orgulho de suas habilidades na fala, adotando a ideologia oralista. Contudo, isso pode resultar em preconceito contra a surdez. Em algumas situações, esses surdes podem ter dificuldades na compreensão plena da própria identidade, o que pode levar a problema como pensamentos suicidas, evasão e depressão.

4. Identidades Surdas Embaçadas ou Incompletas

Este tipo de surdos não compreende a fala nem a língua de sinais, e não possui conhecimento sobre ambas as comunidades, surda e ouvinte. Esses surdos não convivem com as diferenças culturas e identidades, o que contribui para a sua incapacidade de se integrarem.

As famílias que têm filhos surdos com essa condição muitas vezes enfrentam a falta de informação, levando os médicos a acreditarem erroneamente que eles têm problemas mentais. Esses surdos frequentemente permanecem isolados em casa, e é comum observar que muitos pais ouvintes com filhos surdos optam por mantê-los reclusos.

5. Identidades Surdas de Transição

Os surdos nesse grupo não vivem na comunidade surda e, muitas vezes, se distanciam dela. Isso ocorre porque nasceram e conviveram majoritariamente com pessoas ouvintes.

6. Identidades Surdas de Diáspora

Muitos surdos nasceram no Brasil e, posteriormente, mudaram-se para outro país ou para outros estados brasileiros, por exemplo. Assim, a identidade do surdo brasileiro, africano, carioca ou catarinense representa uma marca significativa.

7. Identidades Intermediárias

A maioria dos surdos faz o uso de aparelhos auditivos, destacando também a importância do treinamento oral. Muitas vezes, evitam o uso de intérpretes na cultura surda, enfrentando dificuldades para encontrar sua identidade entre os surdos ou ouvintes.

Segundo Carvalho e Campello (2022), existem mais diversas identidades surdas no Brasil. Eles publicaram o artigo de *A Existência de Quatorze (14) Identidades Surdas*. No texto, eles propõem que, além das citadas por Perlin (1998), a identidade surda com AASI, identidade surda com IC, identidade étnica dos surdos, Identidade Surda Urubu-Ka'apor e outras línguas de sinais emergentes, identidade negra surda, Identidade Surda Unilateral e Identidade surdacega, sobre as quais falamos a seguir.

8. Identidades Surdas com AASI

As famílias desejam proporcionar aos filhos o uso de aparelhos auditivos, colocados atrás da orelha, conhecidos como aparelhos auditivos. Isso é feito com o objetivo de facilitar uma comunicação melhor para que possam ouvir e falar dentro da família. No entanto, essa escolha depende se preferem utilizar aparelhos auditivos com oralização ou Libras. Dessa forma, eles podem praticar a audição, ouvir os sons e praticar a fala com o apoio de fonoaudiólogos. A decisão de utilizar um ou dois aparelhos auditivos depende das escolhas individuais de cada pessoa.

9. Identidades Surdas com IC

As famílias desejam que os filhos possam escutar melhor e falar também para se comunicarem de maneira mais eficaz, dentro do contexto biomédico, mas o mais importante é que os filhos também têm direitos de decidir se querem usar o IC ou não, dependendo de seus desejos.

Segundo Bernardes, a maioria das pessoas faz uso frequente do IC devido a essa abordagem biomédica.

O implante coclear mais conhecido como ouvido biônico, consiste em um equipamento eletrônico computadorizado que substitui completamente o ouvido de pessoas que tem surdez total ou quase total. O implante estimula diretamente o nervo auditivo através de pequenos eletrodos que são colocados dentro da cóclea e o nervo leva estes sinais para o cérebro. Já existe há alguns anos e hoje mais de 100.000 pessoas no mundo já estão usando, sendo o implante coclear uma forma de acessibilidade das pessoas com surdez (Bernardes, 2014 apud Carvalho; Campello, 2022, p. 147).

Lembrem-se de que dispositivos eletrônicos como o IC não são iguais as ouvidas de todos os humanos. O IC, ou Implante Coclear, é um recurso para audição e comunicação, semelhante a um aparelho auditivo. No entanto, o IC requer uma cirurgia na cabeça para inserção de uma pilha específica para o IC. Dessa forma, as pessoas podem praticar a audição, ouvir os sons e aprimorar a fala através de sessões de fonoaudiologia. No entanto, o uso de uma ou duas ICs pode variar dependendo se a pessoa perdeu a audição em uma ou ambas as orelhas.

10. Identidades Étnicas dos Surdos

Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) existem 10 milhões de surdos no Brasil. No entanto, a perda auditiva não ocorre apenas em pessoas surdas, podendo manifestar-se em idosos, ser congênita, resultado de doenças maternas durante a gravidez, ou ocorrer em famílias com histórico de surdez. Em alguns casos, a surdez é uma condição hereditária. Portanto, não existem surdos iguais, e os níveis de perda auditiva variam significativamente.

11. Identidade Surda Urubu-Ka'apor e outras línguas de sinais emergentes

Muitos brasileiros não têm conhecimento sobre a história dos povos indígenas surdos, que utilizam línguas de sinais diferentes da Libras, principalmente nas regiões norte e nordeste, havendo poucas tribos surdas no sul, sudeste, oeste e leste. Um exemplo disso ocorreu no estado do Maranhão, conforme citado.

No sul do estado do Maranhão existem cerca de 10 aldeias de uma etnia indígena chamada Urubu-Ka'apor, que existe há mais de 300 anos. Em 1949, Darcy Ribeiro, um dos maiores antropólogos brasileiros, visitou este povo e fez um dos primeiros documentários sobre uma tribo indígena no Brasil. Em algum momento de sua história, os Ka'apor foram atingidos por um surto de boubá neonatal, que durou muitos anos. A doença infecciosa chegou a desencadear quadros de surdez em cerca de 2% da população. Em 1968, o linguista Jim Kakumasu observou que das 500 pessoas de uma aldeia, 7 eram surdos (Lobato, 2017 *apud* Carvalho; Campello, 2022, p. 148).

Em alguns lugares, os indígenas surdos são bilíngues para se comunicarem com povos de diversas tribos, destacando a importância de conhecer essas diversas línguas, culturas e outras identidades. Entretanto, há poucos registros sobre isso em artigos, livros e sites acessíveis ao público interessado no estudo dessas comunidades.

12. Identidades Negras Surdas

A discussão sobre a terminologia começa com a questão racial, onde se discute se é correto usar 'surdo negro' ou 'negro surdo', ou ainda 'surdo preto'. Por conta disso, existem experiências de sofrimento e preconceito relacionadas à raça e surdez para pessoas negras em diversos contextos, como nas ruas, nas escolas, nos mercados, no trabalho, entre outros. Os brasileiros precisam reconhecer as diversas identidades negras, incluindo os surdos negros, pois todos compartilham o mesmo país, o Brasil. Vale ressaltar que em São Paulo já ocorreu o Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo.

Portanto, é importante participar desses congressos para entender as experiências específicas das pessoas negras surdas. Para Carvalho e Campello (2022, p.149) "o objetivo era apresentar as leis e a Constituição brasileira que asseguram a igualdade de direitos e deveres para todos e assim resultar em uma melhor inclusão social para os negros surdos".

Dessa forma, vê-se que muitas pessoas ainda não respeitam plenamente os direitos e as lutas dessas comunidades, sendo o objetivo delas melhorar a qualidade de vida para todos.

13. Identidades Surdas Unilaterais

Quando ocorre a perda de audição em uma orelha, muitas pessoas enfrentam desafios semelhantes aos da perda bilateral. A dificuldade de ouvir em apenas uma orelha leva algumas pessoas a utilizar aparelhos auditivos ou implantes cocleares.

14. Identidades Surdocegas

A pessoa surdocega enfrenta desafios além da perda visual e auditiva, não se trata apenas de dificuldades em ler, escrever ou ouvir, essas barreiras variam dependendo dos graus de deficiência e auditiva. As causas são diversas, incluindo condições congênitas, acidentes vasculares cerebrais e doenças adquiridas pela mãe durante a gestação.

Além disso, é necessário considerar outras formas de comunicação, como exemplificado nesta citação.

Em ocorrências onde tanto a visão como a audição estão intensamente comprometidos, é necessário que se use o sistema Tadoma, ou braile tátil, um modo de comunicação em que se usam as mãos para sentir o movimento do maxilar da pessoa que fala para se entender o que ela diz (FCEE, 2017 *apud* Carvalho; Campello, 2022, p. 150).

Existem cursos que oferecem Braille e Libras como meios de comunicação para pessoas que sentem o movimento nas duas mãos. No entanto, muitos pais não se preparam para comunicar com filhos surdocegos, o que representa um grande desafio, na educação inclusiva, a situação é semelhante, por isso é crucial que os pais busquem soluções para se comunicar com eles, participando de cursos.

Há pessoas surdas que não conhecem as próprias identidades no sujeito surdo, por isso, a sociedade cria estereótipos das pessoas surdas, não aceitando o uso da Libras, ou percebendo o surdo como incapaz e isolado. Os ouvintes muitas vezes tratam os surdos como fossem ouvintes, fingindo e reforçando que eles são ouvintes, mas, com isso, os surdos perdem suas culturas e identidades.

Ao abordar as identidades, percebemos que há mais do que as 14 mencionadas pela autora Perlin, Carvalho e Campello, existem diversas identidades, como a identidade surda LGBTQIAPN+, a identidade surda em ambientes rurais e urbanos, entre outras.

Agora, vamos ampliar a discussão sobre as identidades abordadas por Cunha Junior, que apresenta 76 diferentes identidades dos professores surdos.

Podemos considerar a Profissão Docente, Profissionalização do Professorado, Trabalho Docente, Trabalho do Professor e o Professor Educador, incluindo aquele que é surdo. A Identidade do Professor Surdo envolve o uso da Língua Brasileira de Sinais.

Destacamos que cada professor tem um jeito diferente de ensinar o mesmo conteúdo, utilizando metodologias e estratégias diversas. Por isso, há uma variedade de experiências e conhecimentos entre os professores surdos. Por exemplo, um professor surdo, por um lado, costuma utilizar slides para os alunos, pois sua metodologia é visual. Por outro lado, um professor surdo que trabalha em áreas rurais pode adotar estratégias diferentes, como utilizar o quadro-negro, entregar materiais impressos ou fazer desenhos, de acordo com a necessidade de cada situação.

Todos os professores têm diversas experiências ao trabalharem em creches, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. No entanto, quando um novo professor ingressa na universidade, enfrenta um grande desafio e uma realidade diferente daquela com a qual estava acostumado na escola. Por isso, é necessário que estejam familiarizados com a ciência, as leis e sejam capazes de lidar com uma diversidade de alunos.

Tardif (2013), conforme Cunha Junior (2022, p. 394), aborda essas diferenças entre as épocas passadas e atuais. Para aquele:

O objetivo principal do movimento de profissionalização é fazer com que o ensino passe do estatuto de ofício para o de profissão em sua integralidade". Para ter esse alcance, torna-se necessário desenvolver qualidade de ensino nas universidades para que as competências de profissionais sejam baseadas em conhecimentos científicos de modo que o professor tenha autonomia e se destaque no seu papel.

Os professores precisam ter autonomia e não depender dos outros, tanto no que diz respeito aos trabalhos quanto aos alunos. Eles sempre enfrentarão novos desafios, adquirirão novas experiências e conhecimentos, inclusive científicos. Assim, todos os professores precisam estar cientes das legislações que garantem a qualidade da educação e estar atualizados com as leis vigentes.

Sabemos que não existe um único modelo de bom professor que se aplique a todos, mas há bons professores que se destacam pelo cuidado com os diversos

alunos, motivando-os e valorizando seu trabalho, além de promover um ambiente de aprendizagem valorizado para os alunos. Quanto a isso, Cunha Junior (2022, p. 397) afirma que

O conceito Bom Professor tem valor positivo, porque possibilita lembrar um determinado tempo/espço educativo experimentado, seja retomando a trajetória de vida escolar pelos aspectos positivos e/ou negativos, de significados e semelhanças, daquilo que contribuiu/contribui para o exercício da docência, seja em processo de construção cultural.

Existem diversos tipos de professores. No entanto, é importante entender o que significa ser um “bom” professor. Alguns podem considerar o “bom” professor como aquele que sempre dá notas altas aos alunos, enquanto outros podem vê-lo como alguém gentil e querido por todos na sala de aula. No entanto, ser um “bom” professor vai além disso, pois pode envolver também a capacidade de desafiar os alunos e exigir muito deles, dependendo do perfil do professor e das necessidades educacionais.

Compreendemos que há uma diversidade de profissionais atuando na área educacional e que, por exemplo, o professor pedagogo não compartilha, necessariamente, o mesmo conjunto de habilidades e conhecimentos que um professor de política educacional. Cada profissional, assim, possui sua própria especialização e áreas de expertise, o que resulta em uma variedade de modelos de professor, como o crítico, tradicional, construtivista, sociointeracionista, democrático, entre outros. Essa diversidade se estende até mesmo à profissionalização dos docentes, e muitos não estão cientes das diferentes identidades profissionais existentes nas diversas áreas educacionais.

A esse respeito, apresentamos o que Cunha Junior (2022) nos traz:

Figura 01 e 02- Identidades profissionais.



Fonte: Cunha Junior (2022)

Observando a tabela, nos questionamos: quantos professores estão trabalhando nas redes de ensino pública e privada em todo o mundo? É importante lembrar que não existe um único modelo de professor superior aos demais, já que cada profissional traz consigo uma variedade de estratégias, experiências, conhecimentos, criatividade, metodologias, planejamentos e abordagens.

Desse modo, podemos imaginar, atualmente, quantos professores existem em diferentes orientações sexuais, faixas etárias, etnias, comunidades e que falam diferentes línguas orais e sinais, por exemplo.

Existem diversos professores surdos que utilizam a Libras ou a sinalização em português, ou até mesmo combinam o uso da Libras com a oralização ao mesmo tempo. No entanto, é correto afirmar que o ideal é utilizar apenas a Libras, pois estamos falando da área do professor surdo de Libras. Portanto, o ensino na língua de sinais não deve depender do português em todas as aulas e instituições. Por isso, é incomum encontrar um professor surdo ou ouvinte que ensine aula de Libras com sinalização em português ou de forma oral. Muitas pessoas se interessam por cursos de Libras ministrados por professores ouvintes ou surdos oralizados, mas, na prática, isso é pouco comum, pois não é possível utilizar duas línguas ao mesmo tempo com eficácia. A modalidade oral e visual são completamente diferentes, principalmente em um curso de Libras ou disciplina que não envolva a oralização e dependa de outras línguas orais.

A era da Comunicação Total chegou ao fim, e agora é preciso lidar com a realidade, que inclui diferentes tipos de professores ministrando aulas em diversas línguas e disciplinas, e atendendo a diversos tipos de alunos. Quanto à metodologia pré-estabelecida por parte de professores, Reis (2006, p. 52) afirma que “alguns deles não conhecem a nova produção pedagógica, nem têm acesso à criação da própria metodologia dos surdos. São mais acomodados e os professores ouvintes entregam a metodologia pronta”.

Essa questão é de grande preocupação, pois os alunos surdos desejam ter conhecimento sobre o que será ensinado pelo professor, incluindo o conteúdo, a metodologia e as atividades a serem realizadas. Não existe uma pronta ou uma adequada para alunos surdos que seja equivalente ao modelo utilizado para alunos ouvintes. Não é viável, pois, adotar um modelo que simplesmente copie sem produzir, pois isso não consideraria as necessidades específicas e a singularidade dos alunos surdos. Como destacado por diversos professores, como um professor revela sua

cultura, sua língua de sinais, sua identidade e sua alteridade, a partir das quais seu método de ensino é construído.

Apresentamos, a seguir, as diferentes facetas das identidades de Surd@s Professores (76 ao todo), conforme Cunha Junior (2022), abordando como elas são moldadas por experiências sociais, culturais e institucionais:

INDIVÍDUOS SURD@S PROFESSORES

1. Identidade Manipulada: Surd@s Professores enfrentam normas excludentes que limitam sua liberdade de ação e expressão, sendo forçados a se encaixar em um perfil de professor que não reconhece sua identidade linguística e cultural.

2. Identidade Deteriorada: A percepção distorcida e preconceituosa da sociedade em relação aos surdos pode levar a uma identidade deteriorada, onde esses indivíduos são vistos como "incapazes".

3. Identidade Estigmatizada: A presença de um estigma social impede que Surd@s Professores se enquadrem na formação educativa, reforçando a "normalidade" de outros em contraste com sua diferença.

4. Identidade Desacreditada: A discrepância entre a identidade social real e a forma como são percebidos pode levar a um afastamento da sociedade, resultando em uma sensação de desacreditação.

5. Identidade em Invisibilidade: Apesar de estarem integrados socialmente, Surd@s Professores muitas vezes não têm a visibilidade necessária para exercer plenamente suas funções educativas.

6. Identidade Encoberta: Por medo de estigmatização, muitos indivíduos surdos ocultam sua identidade, sentindo-se pressionados a seguir normas institucionais em vez de se expressar plenamente como educadores.

7. Identidade em Ambivalência: Alguns Surd@s Professores vivem uma ambivalência entre suas experiências como surdos e a adaptação às expectativas da cultura ouvinte, levando-os a não se identificarem completamente com a comunidade surda.

8. Identidade em Alinhamento Exogrupoais: A falta de reconhecimento cultural leva Surd@s Professores a se inserirem em contextos ouvintes sem um ato político consciente, negando sua diferença.

9. Identidades Nós-Eu: A interação entre o coletivo e o individual forma uma justaposição, onde Surd@s Professores buscam equilibrar suas identidades pessoais e sociais, lutando por reconhecimento e direitos no ambiente educativo.

10. Identidades Desinstitucionalizadas: A desinstitucionalização reflete a perda de controle das instituições sobre a vida educativa, resultando em uma crise das crenças coletivas e promovendo uma individualidade que se distancia dos valores compartilhados.

11. Identidades em Perda do Vínculo Social: Refere-se à crise nos vínculos sociais, onde Surd@s Professores enfrentam incivildades e falta de respeito, resultando em insegurança pessoal e coletiva.

12. Identidades Silenciadas: Destaca o silenciamento imposto, que não se refere à surdez, mas a um amordaçamento cultural que diminui a subjetividade e a voz dos Surd@s Professores.

13. Identidades Colonizadas: Aborda a colonização cultural em ambientes educacionais que seguem um modelo oralista, subjugando a cultura surda e limitando as identidades surdas a normas educacionais desconexas.

14. Identidades Subalternas: Refere-se à marginalização dos Surd@s Professores, relegando-os a uma posição subalterna através de práticas excludentes.

15. Identidades Ameaçadas: Explora como a construção social da surdez leva à desqualificação dos Surd@s Professores, que são retratados como incapazes e desmerecidos.

16. Identidade Submissa: Mostra como as normas institucionais condicionam os Surd@s Professores a se submeterem a condições precárias, temendo represálias por reivindicar seus direitos.

17. Identidade Decapitada: Refere-se à falta de reconhecimento e aceitação de Surd@s Professores no âmbito educativo, resultando em uma presença física sem autonomia ou valorização.

18. Fronteiras entre a Identidade Pessoal e Social: Discute a separação entre identidades conhecidas e desconhecidas, onde os Surd@s Professores muitas vezes são vistos como estranhos.

19. Identidades Encapsulada: Enfatiza como o medo e a culpabilização podem segregar Surd@s Professores, limitando suas experiências e identidades.

20. Identidades Preteridas: Refere-se ao desprezo e rejeição enfrentados por Surd@s Professores em processos seletivos, resultando em estigmatização antes mesmo de serem incluídos.

21. Identidades em Deficiências: Explora como estigmas e preconceitos sobre eficiência e capacidade afetam a prática dos Surd@s Professores.

22. Identidades em Ensino de Escola Bilíngue para Surdos: Analisa a presença predominante de professores ouvintes e a necessidade de reformulação do currículo para refletir a cultura surda.

23. Identidade do Trabalho em Crise: Discute a desestruturação das relações de trabalho e a luta por reconhecimento entre Surd@s Professores e seus colegas.

24. Identidades Capacitistas: Refere-se ao capacitismo que discrimina Surd@s Professores, descreditando sua capacidade e eficácia na educação.

SURD@S PROFESSORES EM EMBATES: “TRANSIÇÃO” DO INDIVÍDUO AO SUJEITO

25. Identidade Intercultural: Enfatiza a prática de ensino conectada a diversas atividades culturais, promovendo a transformação da consciência linguística nas relações humanas.

26. Identidade do Trabalho Feminino: Reflete sobre a atuação das mulheres Surd@s Professores, suas lutas por reconhecimento no mercado de trabalho e as condições socioeconômicas que influenciam sua produtividade.

27. Identidade do Trabalho Masculino: Examina como a presença masculina no ensino infantil é estigmatizada, destacando inseguranças e o papel da masculinidade na educação.

28. Identidade por meio da Transversalidade: Conecta conhecimento à realidade de vida, valorizando repertórios culturais e linguísticos fora do contexto educacional.

29. Identidade por meio da Transdisciplinaridade: Reconhece a importância de interconexões entre disciplinas, promovendo um aprendizado integrado e holístico.

30. Identidade por meio da Multidisciplinaridade: Valida a autonomia dos Surd@s Professores, reconhecendo suas contribuições únicas, mesmo sem articulação entre diferentes saberes.

31. Identidade por meio da Interdisciplinariedade: Destaca a importância de compartilhar saberes e desenvolver habilidades críticas entre Surd@s Professores e estudantes.

32. Identidade Pessoal: Explora a unicidade individual dentro de um grupo, destacando como as experiências moldam a identidade.

33. Identidade em Alinhamento do Eu: Refere-se à construção subjetiva da identidade baseada em experiências sociais e interações com outros.

34. Identidade em Alinhamento Grupal: Examina como Surd@s Professores se alinham a grupos em função de estigmas e normas sociais.

35. Identidade Profissional: Reflete sobre a consciência crítica de Surd@s Professores em relação ao seu papel e à marginalização que enfrentam.

36. Identidade em Alinhamentos Intragrupais: Destaca a luta coletiva por valorização e reconhecimento no ambiente educativo.

37. Política de Identidade: Enfatiza a importância de normas sociais compartilhadas e a luta por direitos e reconhecimento no contexto educativo.

38. Identidade Social: Analisa como Surd@s Professores são percebidos socialmente e as consequências dessas percepções nas relações cotidianas.

39. Identidades em Mediação Política: Discute o papel dos Surd@s Professores como representantes da comunidade Surda nas relações com o poder político.

40. Identidades em Processo de Migração: Explora experiências de múltiplas pertencas e desafios de adaptação cultural em novos contextos educativos.

41. Identidades em Narrativa por meio da Identidade Pessoal: Destaca a construção de narrativas de vida que conectam a experiência pessoal à prática educativa.

42. Identidades em Patrimônio de Vivência: Refere-se à incorporação de saberes e práticas pedagógicas a partir das experiências vividas.

43. Estigmatizados em Fronteira Sociopsicológica: Analisa a dinâmica do estigma enfrentado por Surd@s Professores em ambientes educativos.

44. Consciência do EU: Refere-se à luta por reconhecimento e valorização frente à estigmatização social e educacional.

45. Identidades Territoriais e a Comunidade Local: Explora como diferentes contextos educativos influenciam o sentimento de pertencimento e identidade cultural.

46. Identidades LGBTQQICAPF2K+: Discute a interseccionalidade entre identidades surdas e LGBTQIA+ no ambiente educacional.

47. Identidades em Experiência Laboral: Analisa a importância das experiências práticas para a formação e consciência crítica dos Surd@s Professores.

48. Identidades em Múltiplas Deficiências: Explora a vivência de Surd@s Professores que enfrentam múltiplas deficiências e os estigmas associados.

49. Identidades de Deficientes Auditivos: Reflete sobre a aceitação e a autoidentificação dos Surd@s Professores em relação à sua surdez.

50. Identidades de Surdocego: Destaca a luta por reconhecimento e as formas de comunicação utilizadas por Surd@s Professores surdocegos.

51. Identidades em Ensino Virtual: Examina a atuação de Surd@s Professores no ensino virtual, enfatizando a pedagogia visual.

52. Identidades em Ensino de Educação Básica: Discute o papel fundamental dos Surd@s Professores na formação da cidadania e no desenvolvimento das habilidades básicas dos estudantes.

53. Identidades em Ensino Superior: Analisa a contribuição dos Surd@s Professores na formação ética e no desenvolvimento do pensamento crítico em contextos de ensino superior.

54. Identidades em Crise do Militantismo: Explora a falta de engajamento verdadeiro em causas educativas entre representantes que não asseguram suas pautas.

55. Identidades em Representação Partidária: Refere-se ao engajamento político dos Surd@s Professores e os desafios de atender às demandas reais da educação.

56. Identidades com Implantes Cocleares: Discute os estigmas enfrentados por Surd@s Professores que utilizam implantes, enfatizando a necessidade de superação de preconceitos.

57. Identidades com os Aparelhos Auditivos: Analisa as vivências de Surd@s Professores que utilizam aparelhos auditivos e os estigmas associados.

58. Identidades em Ensino a Distância (EaD): Explora os desafios e as contradições enfrentados por Surd@s Professores no ensino a distância.

59. Identidade em Biografia: Refere-se às limitações impostas pela biografia de Surd@s Professores e a diversidade de suas experiências identitárias.

SUJEITOS SURD@S PROFESSORES

60. Identidade em Visibilidade: Refere-se à luta dos Surd@s Professores por reconhecimento e interações educativas que demonstrem sua presença e contribuição nas políticas educacionais.

61. Identidade Acobertada: Explora como Surd@s Professores podem ocultar sua surdez em ambientes ouvinte, usando dispositivos auditivos para evitar estigmas sociais.

62. Identidade Desacreditável: Trata da autoafirmação e valorização pessoal dos Surd@s Professores frente ao olhar estigmatizado, destacando sua capacidade de superação.

63. Identidade em Processo de Libertação e Consciência de Classe: Enfatiza a importância da conscientização sobre suas lutas e direitos, buscando liberdade e reconhecimento em contextos educacionais.

64. Identidades Simbólicas: Aborda o pertencimento a grupos culturais e linguísticos, onde Surd@s Professores se conectam a suas identidades coletivas.

65. Identidades em Representação Política: Foca na atuação política dos Surd@s Professores, não apenas como representantes, mas como agentes ativos nas transformações educativas.

66. Identidades Educadoras: Define a identidade de Surd@s Professores como agentes de mudança social, buscando uma prática educativa que melhore a visibilidade e reconhecimento.

67. Identidade Social Real: Refere-se à convivência respeitosa e empática entre Surd@s Professores e a sociedade, promovendo a inclusão social.

68. Identidade Legitimadora: Examina como instituições dominantes reconhecem e legitimam a identidade dos Surd@s Professores, influenciando sua posição social.

69. Identidade de Resistência: Enfatiza a criação de espaços de resistência por Surd@s Professores diante de estigmas e dominação, promovendo uma política de identidade.

70. Identidade de Projeto: Refere-se à construção de novas identidades que visam transformar a estrutura social, utilizando recursos culturais disponíveis.

71. Identidades Desencapsulada: Trata da superação de barreiras para a afirmação da autonomia e identidade cultural dos Surd@s Professores.

72. Identidades em Ensino de Escola Bilíngue de Surdos: Foca na experiência educacional voltada para estudantes Surdos, promovendo uma prática pedagógica inclusiva e culturalmente relevante.

73. Identidades em Comunidades Indígenas: Reconhece a importância da preservação cultural nas práticas educativas de Surd@s Indígenas Professores, valorizando suas línguas de sinais.

74. Identidades em Comunidades de Quilombolas: Destaca o papel dos Surd@s Negros Professores na preservação cultural e linguística das comunidades quilombolas.

75. Identidades em Militâncias: Enfatiza o engajamento dos Surd@s Professores na defesa de práticas pedagógicas culturalmente relevantes e na denúncia de injustiças.

76. Identidades em Associações: Refere-se à formação de grupos que buscam transformar a educação, apresentando demandas por respeito cultural e linguístico.

De acordo com Alvez, Ferreira e Damázio (2010, p. 8):

As pessoas com surdez não podem ser reduzidas ao chamado mundo surdo, com uma identidade e uma cultura surda. É no descentramento identitário que podemos conceber cada pessoa com surdez como um ser biopsicosocial, cognitivo, cultural, não somente na constituição de sua subjetividade, mas também na forma de aquisição e produção de conhecimentos, capazes de adquirirem e desenvolverem não somente os processos visuais-gestuais, mas também de leitura e escrita, e de fala se desejarem.

Esses autores explicam que o foco está na oralidade, nas pessoas surdas ou com deficiência auditiva que preferem se comunicar por meio da fala, leitura labial e escrita. Por isso, o termo “pessoas com surdez” é mais utilizado na área da saúde.

Como vimos, há 76 novas identidades, conforme mencionado por Cunha Junior (2022). Perlin (1997) identificou 7 identidades, enquanto Carvalho e Campello (2022) apontam 14 identidades. Com quase 100 diferentes identidades, percebemos a variedade de identidades presentes nos indivíduos surdos, abrangendo sujeitos, transições, comunidades e culturas diversas. Assim, é preciso que haja essa

variedade de identidades para as pessoas surdas, pois, muitas vezes, elas não sabem quem são ou quais são suas identidades. Ademais, desconhecem as próprias identidades, o que pode levar alguns surdos a não aceitarem ser identificados da mesma forma mencionada anteriormente.

Como explicado anteriormente, há diversos perfis e identidades entre os surdos, assim como entre os professores surdos. Falando especificamente sobre os diversos professores surdos do Cariri, há instrutores surdos que atuam na criação de metodologias, na criatividade, na discussão e análise de planos de aulas. No entanto, percebo que ainda há espaço para aprimoramento dos conhecimentos desses professores. Eles precisam atualizar seus planos de aulas e promover discussões sobre a realidade dos alunos surdos, identificando o que esses alunos precisam aprender e quais dificuldades enfrentam.

Cientistas, pesquisadores e outros profissionais muitas vezes pensam que a pesquisa é um resultado pronto, ou que ela se encerra com os resultados e evidências. Entretanto, é impossível encerrar as pesquisas, os produtos, os debates e as ideias em todos os tempos.

É importante que os autores pesquisem e descubram mais sobre as comunidades surdas, contribuindo para a publicação de artigos que abordem as produções culturais dessas comunidades.

No entanto, os professores surdos não dependem apenas do aspecto pedagógico, mas também da infraestrutura econômica e social, bem como das políticas e legislações. Portanto, esta dissertação não tem uma conclusão ou resultado pronto.

3.2 Profissionais na Educação Bilíngue de Surdos

Percebe-se que os professores, sejam surdos ou ouvintes, bilíngues em Libras e português, muitas vezes não compreendem plenamente o conceito de profissional bilíngue no contexto da educação de surdos. Isso se deve à ideia de que as línguas devem ser tratadas de forma separada, pois não concordamos com essa abordagem, já que o conceito de bilíngue abrange L1 e L2.

A política raramente aceita destinar verbas para a criação de escolas bilíngues para surdos, principalmente devido à burocracia, à falta de estrutura física e ao número de alunos surdos matriculados em escolas inclusivas. Além disso, a

localização dos alunos surdos, seja em áreas rurais ou urbanas, também influencia esse cenário. Outro fator a ser considerado é a adaptação de modelos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Projeto Político Pedagógico (PPP) à realidade da educação bilíngue, algo que é raramente contemplado.

A educação bilíngue abrange diversos tipos de línguas na sala de aula, seja em instituições de ensino públicas ou privadas. A maioria das instituições públicas oferece duas ou mais línguas, como português e inglês ou espanhol. No entanto, é difícil encontrar disciplinas de Libras nas escolas municipais, o que limita as oportunidades dos alunos de aprenderem mais de uma língua. Isso se deve, em parte, ao fato de que essas línguas não são utilizadas constantemente no Brasil. A importância da língua inglesa no cenário internacional é inegável, mas a falta de prática na comunicação pode prejudicar os alunos.

O problema reside no fato de que os ouvintes podem aprender a língua materna em casa antes mesmo de seus pais os matricularem no ensino formal. Contudo, a maioria dos pais ouvintes com filhos surdos não possui conhecimento sobre Libras, o que resulta em muitos deles ensinando a fala aos filhos surdos. A eficácia desse método depende do uso de aparelhos auditivos ou do Implante Coclear (IC) para treinar a fala; no entanto, a escolha da língua materna confortável para os surdos é variada. Ao chegar na escola, muitas vezes os alunos encontram apenas a Língua Portuguesa, sem o uso da Libras, o que resulta em um atraso na aprendizagem da primeira ou segunda língua. Além disso, as escolas frequentemente não oferecem o ensino de Libras e apenas contratam professores bilíngues de Libras.

Compreendemos, portanto, que é de grande importância oferecer cursos de atualização para os profissionais bilíngues de Libras, tanto na Secretaria Estadual de Educação quanto nas universidades estaduais e federais. Esses profissionais precisam adquirir conhecimento nas áreas de alfabetização e letramento, com diferentes metodologias, para atender de forma eficaz os diversos alunos surdos.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para a realização desta pesquisa, seguimos uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Prodanov e Freitas, não se limita a números; mas também nos permite descobrir diversas possibilidades e descrições. Para esses autores, “o papel do método estatístico é, essencialmente, possibilitar uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. (Prodanov; Freitas, 2013, p. 38).

Segundo Prodanov e Freitas (2013), é importante obter resultados quantitativos, mas os qualitativos oferecem respostas mais detalhadas para destacar as diferenças observadas na pesquisa. Isso se deve ao fato de que os detalhes proporcionam uma compreensão mais aprofundada do que realmente ocorre na educação inclusiva, diferente do cenário idealizado que muitos funcionários ou alunos acreditam existir.

Não se trata apenas do campo de atuação onde os profissionais trabalham, mas também de como atendem a diversos alunos, incluindo aqueles com deficiência auditiva e outras deficiências. É crucial saber se eles defendem políticas linguísticas e culturais em seu ambiente de trabalho ou se apenas buscam dados sobre a presença de alunos surdos no sistema antes de colocá-los em escolas inclusivas, esquecendo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). É necessário, pois, promover mais formações para instrutores, professores e intérpretes de Libras para ampliar as vagas em escolas inclusivas, especialmente considerando que há mais de 10 milhões de surdos no Brasil, segundo o IBGE.

A implementação de salas bilíngues, salas de reforço ou escolas bilíngues enfrenta dificuldades. Pais ouvintes precisam ser orientados a ensinar a primeira língua de sinais e a segunda língua, o português, a seus filhos surdos, como em uma abordagem bilíngue. Esta situação é mais desafiadora do que no passado, quando, na minha infância, por exemplo, havia intérpretes de Libras e muitas crianças surdas recebiam educação bilíngue até a 4ª série. Eu sempre aprendi duas línguas, mas por que eles não?

Infelizmente, muitos pais poderiam ter reivindicado o direito de matricular seus filhos surdos em escolas onde os professores fossem capacitados, mas muitas vezes esses professores não estavam preparados. Muitos professores de AEE e outras áreas não sabiam Libras, o que dificulta o ensino na sala inclusiva. Como podem

avaliar e aprovar esses alunos se não há as ferramentas necessárias para ensiná-los, adequadamente, resultando em aprovações sem aprendizagem real?

Já observei muitas situações em que professores não tiveram tempo ou recursos para atender esses alunos de maneira adequada, por falta de responsabilidade. A responsabilidade recai sobre os professores, que precisam de mais suporte para cumprir seu papel efetivamente.

Para a geração dos dados que comporão esta pesquisa, serão feitas entrevistas com duas pessoas que trabalham com acessibilidade ou educação inclusiva/especial na Secretaria da Educação em Juazeiro do Norte – CE.

Por meio da pesquisa, será possível investigar quantos alunos surdos estão matriculados nas escolas inclusivas. Caso haja, de fato, esses alunos matriculados, por que não são criadas turmas ou escolas bilíngues, de modo que eles possam ter acesso a uma educação de mais qualidade, tendo a Libras como sua língua de instrução?

4.1 Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa são dois profissionais, que serão aqui identificados como P1 e P2. Ambos têm experiência de trabalho na área de acessibilidade na Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte – CE. O participante P1 está estudando no curso de Letras Libras na Universidade Federal do Cariri (UFCA) e sabe Libras. Ele possui graduação em Educação Física pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (2015) e especialização em Libras pela Faculdade Educacional da Lapa (2018). Além disso, trabalha na Secretaria como intérprete de Libras, concursado na área de acessibilidade desde 2021.

A participante P2 é graduada em Geografia pela Universidade Regional do Cariri (2003), trabalha na acessibilidade como professora concursada desde 2006. Ela tem conhecimento básico de Libras e atua junto à Secretaria há mais tempo que P1.

A escolha por esses profissionais se deu por consideramos que ambos trabalham na acessibilidade e fazem parte da banca responsável por avaliar os candidatos para as vagas de instrutores e intérpretes de Libras. Além disso, eles são responsáveis por avaliar cada escola que possui alunos surdos e resolver problemas nas salas inclusivas. Por isso, buscamos conhecer um pouco mais acerca da atividade deles.

Destaco que os nossos participantes já têm conhecimento em Libras, o que torna essencial entender como realizam seu trabalho e como organizam as escolas inclusivas para receber diversos alunos surdos nas salas de aula.

4.2 Local da Pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, localizada na Praça Dirceu Figueiredo, S/N, Centro.

Até pouco tempo, eu morava nessa cidade e trabalhava em uma escola municipal no bairro Novo Juazeiro. Fui contratada pela Secretaria da Educação, onde conheci duas pessoas que ainda trabalham lá até hoje. Eu sempre conversava com eles sobre os meus alunos surdos e sobre a sala bilíngue, assim como na sala de reforço. Inicialmente, eu era intérprete de Libras, mas meu contrato era para o cargo de instrutora de Libras. Na escola, eles não conheciam bem esse cargo e não sabiam quais eram as diferenças. Por isso, acabei trabalhando na sala inclusiva como intérprete de Libras com dois alunos surdos: um de manhã e uma à tarde. Havia outra intérprete de Libras, mas ela saiu e fiquei sozinha lá.

Pedi para P1 explicar para as coordenadoras e para o diretor da escola onde eu trabalhava que o meu cargo não era de intérprete de Libras. Então, ele foi à escola e explicou, até que eles aceitaram me colocar na sala de reforço, o que ocorreu em setembro de 2023. No entanto, eu comecei a trabalhar em abril, porque o edital demorou a sair. As aulas começaram em fevereiro, como de costume, mas eu só comecei em abril. Às vezes, eu ia à Secretaria da Educação por causa disso.

Houve também eventos focados nos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e um outro sobre o autismo surdo, que durou apenas 4 horas. Eu sempre pegava o ônibus para ir à escola e depois voltava para casa, mantendo essa rotina. Eu trabalhava 8 horas por dia, 5 dias por semana. Por conta disso, interessei-me por pesquisar sobre a Secretaria da Educação, que é a principal responsável por outras escolas, outros alunos e outros cursos de formação continuada.

4.3 Instrumentos para a Geração de Dados

Para a geração de dados, foi feita a aplicação de questionários e, também, uma entrevista com as participantes da pesquisa, conforme consta nos apêndices.

Buscamos saber, por meio desses instrumentos, como trabalham; o que fazem e se planejam mudar algo na sala inclusiva, bilíngue ou na sala de reforço com a chegada de novos instrutores de Libras. Também buscamos compreender por que há poucas vagas para instrutores e intérpretes de Libras. Desse modo, investigamos como é o funcionamento da Secretaria da Educação nesse aspecto.

Enquanto atuei nesse espaço, era comum que eles buscassem saber se meu trabalho estava indo bem ou se havia problemas, mas nunca me perguntaram diretamente. Como informado anteriormente, P1 e P2 são duas pessoas que trabalham na acessibilidade, conhecem a Cultura Surda e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). No entanto, a escola não sabia que meu cargo era diferente e, por isso, é preciso esclarecer essas questões pessoalmente.

Para a geração dos dados, gravarei um vídeo em Libras para realizar entrevistas qualitativas com os dois profissionais na Secretaria da Educação, seguindo a abordagem qualitativa. Desse modo, não nos ateremos a questões numéricas, mas ao tratamento que será dado quanto às respostas obtidas.

Para obter informações quanto às questões pessoas dos participantes, questionamos:

- Qual é o seu nome?
- Qual é a sua formação acadêmica?
- Possui pós-graduação *lato sensu*?
- Há quanto tempo atua na Secretaria de Educação?
- Em qual escola você trabalha com acessibilidade?
- Com quantos alunos surdos você atua na sala inclusiva?

A análise das perguntas acima está apresentada no próximo capítulo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Conforme anunciado anteriormente, este capítulo está dedicado à análise e à discussão dos dados obtidos por ocasião da aplicação dos questionários e realização das entrevistas com os dois participantes.

Para a melhor visualização das respostas dadas no Questionário 1, apresentamos, abaixo, o Quadro 1:

Quadro 01 – Respostas para o questionário 1.

PERGUNTA	PARTICIPANTE 1	PARTICIPANTE 2
Qual é o seu nome?	P1	P2
Qual é a sua formação acadêmica?	Licenciada em Geografia	Licenciado em Educação Física e em fase de conclusão do Curso de Letras/Libras
Possui pós-graduação <i>lato sensu</i> ?	Especialização em Libras e Meio Ambiente	Especialização em Libras
Há quanto tempo atua na Secretaria de Educação?	Já trabalhava em 2008 até 2011 na SEDUC. Depois, de 2011 até 2016, voltei na escola. Depois comecei a trabalhar de novo na SEDUC em 2017 até agora.	Aqui na Secretaria de Educação entrei em 2021, mas já trabalhava em outra cidade.
Em qual escola você trabalha com acessibilidade?	Trabalho na Secretaria de Educação, mas oriento todas escolas. Algumas escolas têm	Trabalho dentro da escola XXXXX e XXXXX ⁶ .

⁶ Omitimos o nome das escolas para preservar a identidade do participante.

	acessibilidades e outros não.	
Com quantos alunos surdos você atua na sala inclusiva?	Eu trabalho na sala em que não há acessibilidade, mas oriento todos alunos surdos, uns 28 mais ou menos. A principal é na classe bilíngue, que tem 7 alunos surdos.	Trabalho com dois alunos surdos, que estão em salas separadas.

Fonte: A autora (2024)

Conforme se vê no quadro acima, os dois participantes são formados em áreas diferentes – Geografia e Educação Física (P2 está finalizando a Licenciatura em Letras/Libras) e ambos possuem pós-graduação em Libras. Atualmente, os dois trabalham na Secretaria de Educação há algum tempo, acumulando experiências e desempenhando funções administrativas distintas em salas separadas dentro da mesma secretaria.

Ele relatou que ainda há pouca acessibilidade nas escolas inclusivas. Atualmente, existe apenas uma sala bilíngue com 7 alunos surdos, destinada ao Ensino Fundamental. Além disso, há orientação para 28 alunos surdos que frequentam escolas inclusivas. Vale destacar que esses 28 alunos, que residem em diferentes bairros e têm idades e séries variadas, são jovens surdos matriculados no Ensino Médio.

Infelizmente, ainda não há uma sala ou escola bilíngue no Ensino Médio devido à falta de estrutura e de profissionais capacitados para implementar uma escola bilíngue de surdos em Juazeiro do Norte. Independentemente de onde os alunos residam, é importante oferecer transporte e convidar os pais para conhecer a escola. Dessa forma, eles poderiam se sentir mais seguros e motivados a levar seus filhos surdos para uma educação bilíngue de qualidade.

Sabemos que há muitos alunos surdos nas escolas inclusivas. Com base nisso, questionamos se é possível conseguir dados precisos sobre os alunos surdos que realmente estudam.

Pensando nisso, fizemos as seguintes perguntas aos nossos colaboradores:

- Como funciona o planejamento dos alunos que precisam de instrutores de Libras? O instrutor ajuda na elaboração das atividades ou apenas segue um planejamento já feito?
- Qual é a importância da formação na preparação dos instrutores para lidar com os desafios enfrentados durante o processo de ensino?
- Como a formação inadequada pode impactar negativamente a eficácia do instrutor escolar em contextos inclusivos?

Quadro 02 – Respostas para o questionário 2.

PERGUNTA	PARTICIPANTE 1	PARTICIPANTE 2
Como funciona o planejamento dos alunos que precisam de instrutores de Libras? O instrutor ajuda na elaboração das atividades ou apenas segue um planejamento já feito?	Tem diversos alunos, por exemplo, na classe bilíngue, e também há professores bilíngues. O coordenador pedagógico faz o planejamento junto comigo. Nos planejamentos, organizamos atividades e materiais visuais, imagens de todas as disciplinas. A escola inclusiva conta com intérpretes e planejamento, é só combinar os temas e disciplinas. Ao lado do instrutor, há um ouvinte. O planejamento é normal e é feito junto com os professores de AEE e	Não conheço como organizar os planejamentos. O instrutor... Sei que não há instrutores que respeitam os planejamentos criados pelos professores. O instrutor deve trabalhar respeitando e organizando os planejamentos do professor.

	outros professores da sala regular.	
Qual é a importância da formação na preparação dos instrutores para lidar com os desafios enfrentados durante o processo de ensino?	É importante que o instrutor tenha o primeiro contato com o aluno surdo para ensinar a Língua de Sinais. Os surdos precisam ser fluentes, pois é fundamental que aprendam Libras de forma correta. Ter um instrutor surdo é importante, pois ele possui uma identidade que se conecta com os alunos. No entanto, atualmente não há instrutores surdos, só temos um instrutor ouvinte.	É importante que o instrutor tenha uma formação adequada, pois isso ajuda a criar uma perspectiva em que os surdos se sintam à vontade para expressar suas diversas culturas. A intimidade com a língua também melhora a motivação para aprender, permitindo que adquiram conhecimento de forma mais rápida.
Como a formação inadequada pode impactar negativamente a eficácia do instrutor escolar em contextos inclusivos?	Todos os alunos precisam ter uma formação prática adequada, porque os alunos ouvintes e professores que não têm formação podem ensinar coisas erradas, e os alunos surdos também aprendem de forma incorreta. É importante que o instrutor, professor e intérprete de Libras tenham a formação necessária; caso	Dentro do contexto do ensino inclusivo, a falta de formação do instrutor prejudica os alunos surdos, pois eles perdem a oportunidade de aprender a língua e a cultura. Essa falta de formação pode atrasar o processo de aprendizado e criar barreiras tanto na língua quanto na cultura.

	contrário, os alunos aprenderão palavras, frases e sinais errados. A formação é fundamental para garantir que o ensino seja correto.	
--	--	--

Fonte: A autora (2024)

Observa-se que P1 e P2 deram respostas semelhantes sobre os planejamentos e atividades que ainda não estão sendo realizadas. Os instrutores surdos de Libras, por exemplo, acabam trabalhando de forma independente, criando sozinhos os planejamentos, atividades e materiais didáticos. Infelizmente, a Secretaria de Educação não parece dar a devida atenção à educação voltada para o atendimento de alunos surdos e de outros estudantes com deficiências diversas, nem faz esforços para identificá-los nas escolas inclusivas. Assim, esses profissionais acabam trabalhando de forma isolada.

P1 relatou que existe um planejamento para uma sala bilíngue, que está sendo organizado por ele e por um coordenador pedagógico. Contudo, apenas esses dois profissionais estão envolvidos nesse planejamento.

Ambos, P1 e P2, concordam que é fundamental ter instrutores surdos ensinando alunos surdos, pois, além do ensino, eles também servem como exemplo de identidade e cultura surda, promovendo uma formação e transmissão de conhecimento mais imediata e significativa, uma vez que compartilham a mesma experiência de surdez. Infelizmente, no entanto, há apenas um instrutor ouvinte trabalhando em uma escola inclusiva. Esse instrutor colabora com o professor do AEE (Atendimento Educacional Especializado) e outros profissionais. A questão levantada é: por que os instrutores surdos não têm a mesma oportunidade de participação e colaboração nesses planejamentos?

Na última resposta, P1 e P2 ressaltaram a importância de oferecer formações adequadas para professores bilíngues, para que esses profissionais tenham o conhecimento necessário em Libras e saibam como ensinar corretamente os novos alunos surdos. Segundo eles, é essencial que existam oportunidades de formação

inicial e continuada, que tragam novos conhecimentos, planejamentos e materiais didáticos atualizados.

Por meio das entrevistas, evidenciamos o desrespeito à Lei da Libras, Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão. Percebemos que muitos alunos surdos não sabem Libras, e nem a escola nem a Secretaria de Educação respeitaram isso, contrariando o Decreto nº 5.626/2005, que determina que, se houver alunos surdos em uma escola, deve-se contratar intérpretes de Libras, um direito linguístico desses estudantes.

Lembro que, conforme os autores Sturm e Thoma (2015, p. 12), “[...] marcam o direito linguístico como direito humano fundamental, entendendo que a escola comum não possibilita a garantia desse direito por meio da oferta do Atendimento Educacional Especializado em turno oposto ao da educação na classe comum com ouvintes”.

Além disso, a organização dos materiais, planos de aula e conteúdo para alunos surdos frequentemente fica em segundo plano, pois há uma preocupação maior com outras deficiências e transtornos do que com os alunos surdos. Isso se deve à diferença linguística, e muitos profissionais não sabem Libras nem têm ideia de como preparar as aulas, organizar os planos e elaborar as atividades.

Como se vê no Quadro 2, P1 e P2 destacaram a relevância de promover uma colaboração justa entre professores/instrutores surdos e ouvintes. Não é justo, segundo eles, que profissionais que desempenham a mesma função trabalhem de maneiras tão diferentes, com um realizando o planejamento e o outro não. Essa disparidade não deveria ocorrer apenas com os instrutores, mas com todos os professores das diversas disciplinas, as gestões escolares e até mesmo a Secretaria de Educação.

Essas perguntas são essenciais para entender a área de atuação dos instrutores de Libras, já que eles sabem Libras e trabalham na acessibilidade. Com base nas respostas obtidas, buscamos *insights* para melhorar a educação inclusiva em Juazeiro do Norte – CE.

Com esta investigação, busco investigar como os professores bilíngues, tanto ouvintes quanto surdos, são orientados quanto à preparação de metodologias para alunos surdos. Também me interessa saber se eles têm formações iniciais, continuadas e outros projetos voltados à aprendizagem, à alfabetização e ao letramento, bem como ao ensino da Libras.

As entrevistas foram realizadas na tarde do dia 18 de outubro de 2024, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Educação, com duração, em média, de 30 minutos. Além disso, foram aplicados dois questionários. No primeiro, a Participante 1 preferiu que o Participante 2 lesse as minhas perguntas em voz alta. Em seguida, P1 respondeu em Libras, com o vídeo sendo gravado. Depois, fizemos o contrário: P1 leu para que P2 respondesse às perguntas.

Percebi que, apesar de as respostas serem diferentes, eles compartilharam dificuldades semelhantes, especialmente no trabalho da equipe de acessibilidade para atender todas as escolas inclusivas. Recentemente, foi aberta uma classe bilíngue, mas ainda estão nos iniciais de planejamento, da estrutura, planejamentos e Projeto Político Pedagógico (PPP).

Lembro-me do contexto em que comecei a trabalhar como instrutora de Libras em uma escola da Prefeitura, em 2022 e 2023. Naquela época, não havia nenhum planejamento, e os professores de diversas disciplinas não me forneceram materiais, nem me convidaram para as reuniões sobre os alunos surdos.

Como eles poderiam avaliar se os alunos realmente estavam aprendendo sem buscar minha opinião? Era difícil criar estratégias e trabalhar de forma independente. Até hoje, a Secretaria de Educação não oferece formações adequadas para instrutores ou professores de Libras.

Atualmente, existe apenas um professor de Libras surdo trabalhando na classe bilíngue, sem o apoio de outros instrutores surdos; apenas três intérpretes de Libras nas escolas públicas e um instrutor de Libras ouvinte.

As respostas dadas pelos Participantes 1 e 2 refletem experiências mais negativas, embora haja um ponto positivo, que é a existência de uma classe bilíngue. Assim, podemos torcer para que, no futuro, a criação de uma escola bilíngue seja uma realidade.

De posse dos dados da pesquisa, pensando na responsabilidade social que este Mestrado traz, pretendo apresentá-los à Secretaria de Educação, que precisa disseminar todas as informações relacionadas à presença de alunos surdos nas escolas, já que é a Secretaria a responsável por resolver quaisquer problemas relacionados à educação inclusiva, especialmente pelo fato de que não há, até o momento, uma escola bilíngue para surdos no Cariri Cearense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos do Ensino Fundamental Anos Finais em salas inclusivas na rede pública de ensino localizadas em Juazeiro do Norte – CE. Para tanto, buscamos informações e dados relacionados a diversas leis, como a Lei de Libras e a Lei da Inclusão, além de abordar questões sobre profissionais de tradução e interpretação, identidades surdas, novas identidades surdas e a atuação de professores surdos.

Nesse contexto, analisamos os diferentes povos surdos, os modelos de professores surdos e os registros históricos da educação de surdos, com um foco especial na cidade de Juazeiro do Norte. Observamos que, na região do Cariri Cearense, ainda há escassez de informações sobre a educação de surdos, evidenciando a necessidade de mais pesquisas, registros e documentos oficiais. Assim, este trabalho se torna fundamental para registrar as diversas experiências educacionais dos surdos em todo o mundo, no Brasil, em diferentes contextos e situações.

Desse modo, este trabalho contribuiu para ampliar minha visão e me proporcionou experiência como instrutora de Libras na área educacional, conectando-me diretamente ao tema proposto. Por isso, é importante destacar que essas vivências me ofereceram a oportunidade de atender a diversos alunos em contextos educacionais variados, como a educação inclusiva, a educação infantil (creche), a EJA e o ensino bilíngue. É essencial divulgar nossas experiências, propor novas pesquisas e fomentar discussões, pois acredito que é fundamental realizar investigações científicas que reflitam as realidades da educação de surdos. Contudo, reconheço a dificuldade em encontrar estudos que abordem a diversidade de áreas e questões que desejamos explorar. Assim, é necessário considerar que tanto a educação quanto o tempo estão em constante transformação.

A análise final dos dados obtidos nas entrevistas com duas pessoas que trabalham na Secretaria de Educação de Juazeiro do Norte revelou que a maior responsabilidade recai sobre a Secretaria de Educação, e não exclusivamente sobre as escolas. Infelizmente, muitas escolas ainda desconhecem a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a cultura surda e as especificidades dos alunos surdos. Essa falta de conhecimento reflete-se na atuação dos profissionais das escolas, que, em muitos

casos, sequer compreendem as necessidades dos alunos surdos. Mas, afinal, quem é responsável por isso? A responsabilidade maior recai sobre a Secretaria de Educação, que deveria garantir formações iniciais e continuadas, promover novas discussões, atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e propor estratégias eficazes. Pelo que constatamos, até o momento, foi realizado um único debate anual sobre alunos surdos-autistas, mas e as outras demandas?

Observa-se que, quando os profissionais optam por trabalhar em escolas inclusivas, enfrentam grandes desafios ao lidar com a diversidade de alunos nas salas de aula. Logo, é fundamental que haja uma parceria entre os professores da sala de aula regular e os do Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de reuniões conjuntas com pais, gestores escolares e coordenadores pedagógicos. Esses profissionais frequentemente recorrem à Secretaria de Educação, solicitando soluções ou expressando suas dificuldades diante de situações em que os alunos não conseguem aprender adequadamente.

Entre os principais problemas apontados, estão a ausência de materiais didáticos, a necessidade de atualizações no PPP e a falta de conteúdos adequados. Apesar dessas demandas, até o momento, pouco foi feito para resolver essas questões de forma eficaz.

É um grave prejuízo para a educação não oferecer qualidade e igualdade aos alunos, especialmente quando eles têm poucas oportunidades de aprendizagem e não têm acesso à sua própria língua natural. Além disso, muitos profissionais ainda não sabem Libras, de modo que não estão inteiramente aptos a ensinar, adequadamente, os alunos surdos em salas inclusivas. Esse cenário foi evidenciado nos resultados das entrevistas com os participantes P1 e P2, apresentados nas tabelas 01 e 02.

Isso leva à reflexão de que esta dissertação pode contribuir de alguma forma, pois ainda não existem projetos consolidados ou resultados definitivos. Estamos em um processo de desenvolvimento contínuo da educação inclusiva. Contudo, o problema não é apenas a falta de verbas, mas também a falta de organização, informações e, sobretudo, de interesse na área educacional.

Ainda no ano 2024, momento de término desta pesquisa, é urgente a necessidade de atualizar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), revisar e fortalecer a educação inclusiva, bem como promover reuniões e debates que abordem questões como metodologias, conteúdos voltados para o letramento e a alfabetização. Embora

a criação de escolas bilíngues ainda seja um processo demorado e inexistente em muitas cidades, o momento exige foco nas escolas inclusivas, buscando resolver os desafios atuais e planejar um futuro em que todos os alunos possam ter acesso a uma aprendizagem de qualidade. Por isso, ao chegar ao fim deste texto, faço um apelo aos profissionais da área: não esperem mais, ajam com urgência para construir uma educação inclusiva e transformadora!

7 REFLEXÕES E INOVAÇÕES SOBRE O PRODUTO EDUCACIONAL

Acredito que é fundamental desenvolver manuais de atividades, materiais didáticos e metodologias voltadas para a educação inclusiva e bilíngue, contemplando tanto as majorias quanto as minorias. É necessário criar esses materiais considerando as especificidades de cada país, estado e cidade, alinhando-os às políticas educacionais locais. Embora possamos nos inspirar em modelos existentes, como o Plano Educacional Individualizado (PEI), os Planos Estratégicos Institucionais (PEIs), o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e outras metodologias inovadoras, é essencial não apenas replicá-los, mas analisá-los criticamente. Essa análise permite comparações e adaptações para atender às realidades locais. Devemos refletir sobre como as escolas organizam seus manuais de atividades e materiais didáticos, como as secretarias estruturam suas gestões, e como os professores bilíngues e a diversidade de alunos são considerados nesse processo.

Sabe-se que existem diversas escolas bilíngues para surdos, tanto privadas quanto públicas. No entanto, será que essas instituições seguem padrões claros de currículo, PPP, metodologias e atividades? Como elas organizam o ensino para promover o melhor aprendizado para todos? Além disso, essas escolas oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE) para acolher alunos surdos com outras deficiências e transtornos, como Surdos-Autistas?

Talvez seja válido que cada escola bilíngue adote abordagens diferentes, sem seguir um único padrão. Porém, é crucial entender como essas escolas funcionam, especialmente para desenvolver propostas e projetos voltados à criação de escolas específicas para a educação bilíngue. Isso requer alinhamento com as políticas educacionais e financeiras, garantindo que essas iniciativas sejam viáveis e eficazes. A criação de escolas bilíngues está profundamente ligada às políticas públicas. Dependemos da legislação para assegurar nossos direitos, como previsto na Lei de Libras, nos decretos, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e na Constituição Federal, que garantem a inclusão para todos. Ainda assim, precisamos lutar pelo direito à Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua própria da comunidade surda.

Infelizmente, muitas cidades, estados e bairros ainda não possuem escolas bilíngues para surdos. Por que isso acontece? É uma questão que precisa ser amplamente discutida e enfrentada, pois a falta dessas instituições limita o acesso à

educação de qualidade para surdos e compromete os direitos assegurados pela legislação.

No entanto, um site voltado para o produto educacional poderia ser utilizado para comparar modelos de Projetos Político-Pedagógicos, Planos Educacionais Individualizados e Planos Estratégicos Institucionais das escolas bilíngues para surdos. Esse espaço permitiria o compartilhamento de experiências, propostas, negócios, formações, reuniões e até e-mails entre diferentes instituições e profissionais da área. Além disso, seria essencial seguir as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras normativas relevantes, sempre alinhadas à Lei de Inclusão, à Constituição Federal e às legislações atualizadas, com destaque para a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue para Surdos (DIPEBS).

Sabe-se que existem universidades federais e faculdades privadas que oferecem o curso de Letras Libras, tanto na licenciatura quanto no bacharelado, em diversos estados do Brasil. Contudo, a maioria dessas instituições está concentrada nas capitais. Esses cursos geralmente seguem modelos similares de PPP e currículos, com disciplinas majoritariamente iguais. No Sul, por exemplo, há um curso de Letras Libras/Literatura Surda, enquanto em outros lugares encontramos cursos que integram Letras Libras/Língua Portuguesa. Essa diversidade de modelos no ensino superior poderia servir de base para criar diretrizes mais unificadas na implementação de escolas bilíngues para surdos, facilitando o desenvolvimento de propostas que atendam às necessidades educacionais da comunidade surda de maneira eficaz e inclusiva.

Percebe-se a ausência de padrões claros nas propostas, discussões e alianças sobre a educação bilíngue nas esferas universitárias, estaduais e municipais. Muitas vezes, a criação de escolas bilíngues para surdos enfrenta desafios como a falta de verbas, apoio e reconhecimento da importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para crianças surdas, desde a educação básica até o ensino superior, independentemente de idade, raça ou etnia.

É fundamental que o processo de criação dessas escolas siga um modelo estruturado, com base na Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos (PNEBS). Por exemplo, em escolas públicas ou privadas bilíngues para surdos, é essencial garantir atividades dinâmicas, bibliotecas acessíveis, salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e reforços específicos para leitura e escrita, especialmente para alunos que enfrentam dificuldades nas disciplinas.

Além disso, os professores devem ser bilíngues, podendo ser surdos ou ouvintes. No entanto, professores surdos têm uma qualidade única ao ensinar, pois compartilham uma identidade e experiência que ajudam os alunos surdos a aprenderem de maneira mais rápida e significativa. Também é importante incluir programações extracurriculares, como visitas a museus ou campos de aprendizado, que enriquecem o ensino de forma prática e cultural.

No Ceará, por exemplo, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE) realiza avaliações anuais para alunos de diferentes séries. Surge então a questão: as avaliações do SPAECE são adequadas em Libras? Esse é um ponto crucial a ser analisado e ajustado para garantir a inclusão plena dos alunos surdos nesse processo.

Infelizmente, a maioria das escolas inclusivas não prepara provas adequadas para alunos surdos. O pior é que, em muitos casos, as escolas alegam que alunos com deficiência não precisam fazer as provas. Isso não se trata apenas de dificuldade com a língua, mas sim da necessidade de organizar provas e salas adequadas na própria língua dos alunos surdos. Essa falta de organização e interesse demonstra um desrespeito à língua dos surdos e uma imposição contra a vontade deles. Ao agir dessa forma, as escolas passam a mensagem de que os alunos surdos não são capazes de realizar as provas. Mas por que não perguntar a eles se querem fazer as provas? Além disso, não basta apenas entregar uma prova e pedir que a façam. É essencial garantir o acesso linguístico e a acessibilidade necessários para que os alunos possam demonstrar plenamente suas habilidades e conhecimentos. Ignorar essas necessidades é perpetuar uma exclusão disfarçada de inclusão.

A política precisa **ver e ouvir** as causas que geram muitos problemas, como a falta de educação bilíngue para surdos, que resulta em menos oportunidades e qualidade de vida para essa comunidade. É essencial reconhecer as diversas situações educacionais dentro das salas de aula, considerando como os alunos surdos aprendem. Vale a pena refletir sobre se a escola inclusiva ou bilíngue oferece as melhores condições de aprendizado. No entanto, a maioria da comunidade surda que utiliza Libras defende a criação de escolas bilíngues de surdos. A comunidade surda, incluindo as comunidades sinalizada e oralizada, deseja um ambiente educacional que valorize a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua, com o Português como segunda língua dentro da educação bilíngue.

É importante fazer uma comparação entre a metodologia, a estrutura e os professores nas escolas inclusivas e bilíngues. Quais são as diferenças entre esses modelos? Quais formações e discussões ainda estão faltando? Essas são questões que precisam ser abordadas para garantir que a educação bilíngue surda seja mais eficaz e inclusiva. Por isso, dependemos da política para resolver essas questões e assegurar o direito à educação de qualidade para todos os alunos surdos.

7.1 Desenvolvimento do Produto

Apresentamos, no desenvolvimento deste projeto, materiais coletados que incluem projetos e propostas educacionais e pedagógicas bilíngues, além de experiências visuais que valorizam a educação bilíngue em âmbito nacional. Também buscamos oferecer autonomia a pesquisadores interessados em registrar seus documentos e suas pesquisas. O projeto, intitulado **"Planejamentos e Registros Institucionais"**, tem como objetivo disponibilizar esses materiais gratuitamente em nível nacional. Contudo, sua implementação depende diretamente do apoio de políticas públicas. Segue o link para acessar o produto final: https://sites.google.com/d/1OH_OGLoTBqQpK85yKRrPzO_IA8wjd9fO/p/12nh0NtJnOPefOkcLSUxAk09_omTREwSk/edit

Figura 03- Produto final: "Planejamentos e Registros Institucionais".



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

PÁGINA INICIAL: A proposta inicial é apresentar novas abordagens organizadas em listas separadas e interativas, permitindo fácil acesso por meio de cliques. A ideia

central é reforçar que a educação deve ser inclusiva e acessível a todos, garantindo suas bases fundamentais. O projeto também busca facilitar a compreensão do que precisa ser atualizado ou ajustado, como a BNCC, o PPP e o PEI. Dessa forma, os usuários poderão utilizar sua criatividade para desenvolver sequências didáticas, manuais de atividades, materiais didáticos, metodologias, conteúdos adequados, além de atividades e avaliações mais inclusivas e eficazes.

Nosso objetivo é incentivar a colaboração na criação de uma educação bilíngue. Para isso, exploraremos modelos de projetos existentes, realizaremos pesquisas e comparações, e buscaremos ideias para desenvolver propostas que possam ser formalizadas. A intenção é reunir e disponibilizar documentos relevantes, assegurando que estejam alinhados aos documentos oficiais e em conformidade com as leis vigentes, respeitando a legislação e os direitos relacionados à educação bilíngue.

Figura 04- Objetivo do Projeto.

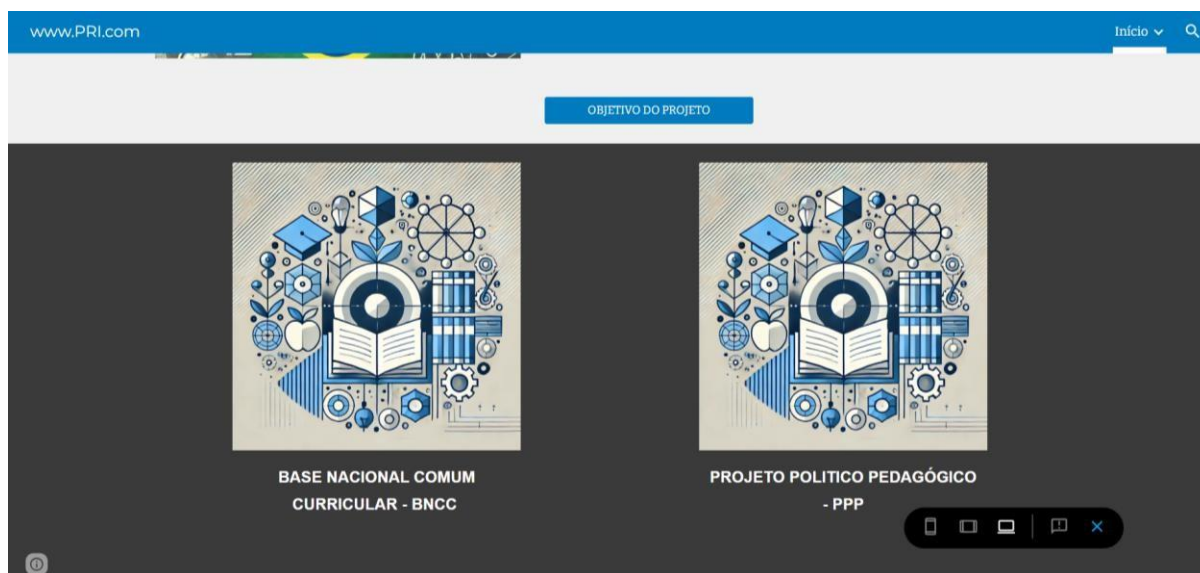


Fonte: Elaborado pela autora (2025)

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. O documento oficial do Brasil que orienta os conteúdos bilíngues mínimos a serem ensinados nas escolas bilíngues de educação infantil, ensino fundamental e médio estabelece as competências gerais e específicas para cada área do conhecimento, servindo como referência para a organização curricular dessas escolas. No entanto, ainda faltam documentos normativos específicos e pesquisas na área de educação de surdos, que identifiquem

quais alunos surdos fazem parte da educação bilíngue ou inclusiva. Além disso, é fundamental compreender como, passo a passo, organizar aulas para diversos alunos surdos. A educação, portanto, deve ser acessível a todos, desde a base.

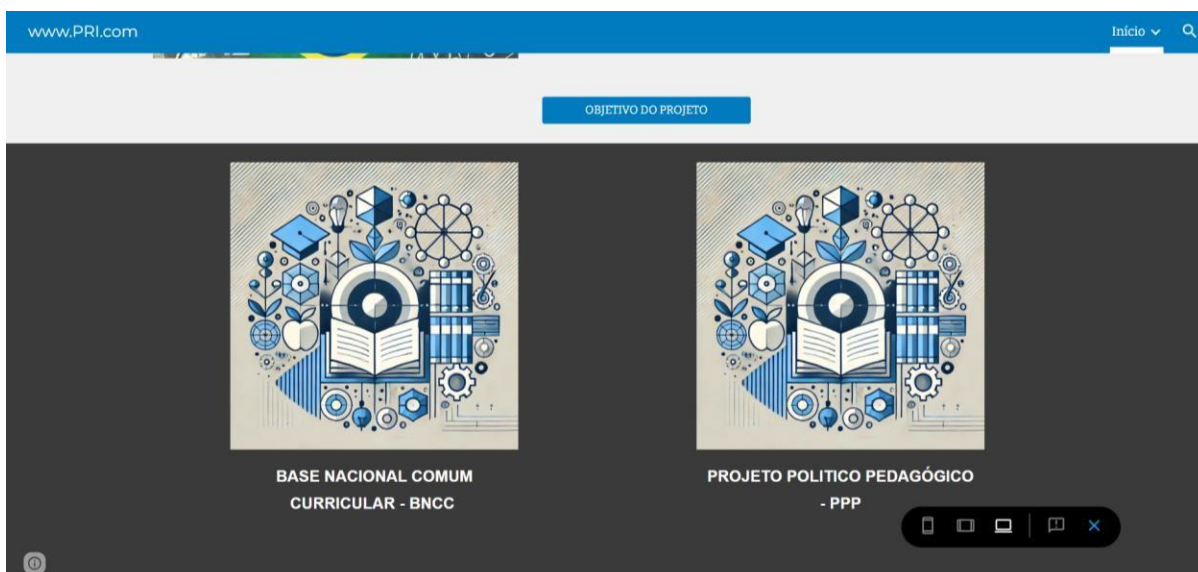
Figura 05- Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP. O documento base que define a identidade surda da escola bilíngue e organiza suas práticas pedagógicas e administrativas reflete os valores, objetivos e diretrizes da instituição. Ele é elaborado de forma coletiva pela comunidade escolar, incluindo gestores, professores bilíngues, pais e alunos surdos.

Figura 06- Projeto Político-Pedagógico – PPP.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI. É um documento voltado para alunos surdos com deficiências, transtornos ou dificuldades específicas de aprendizagem. O PEI detalha os objetivos e as estratégias que serão adotados para atender às necessidades individuais de cada aluno, promovendo seu desenvolvimento educacional e social.

Figura 07- Plano Educacional Individualizado – PEI



Fonte: Adaptada pela autora (2025)

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL – PEI. O processo que define diretrizes e objetivos organizacionais é documentado para orientar ações na educação pública, no desenvolvimento social, nos orçamentos, no meio ambiente e na acessibilidade. Ele visa quebrar desigualdades, superar a fome, garantir os direitos e os acessos linguísticos, reduzir as desigualdades entre cidades e regiões, e promover o desenvolvimento social e econômico.

Figura 08- Plano Estratégico Institucional – PEI.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

7.2 Produto Final

Os recursos visuais bilíngues, as experiências e os processos pedagógicos enfrentam grandes burocracias, especialmente quando hospedados em plataformas como o Google. Criar documentos justos e bem estruturados não é uma tarefa simples. Além disso, não basta simplesmente criar documentos e colocá-los em um site; é necessário oferecer modelos variados, como os da BNCC, PPP e PEI, voltados para a educação bilíngue desde a creche, passando pela educação infantil, ensino fundamental e médio, e, quem sabe, até o ensino superior no futuro.

Atualmente, o site do governo não disponibiliza tipos variados de modelos educacionais que se alinhem às políticas públicas. Esse novo site pode representar uma oportunidade para criar uma página específica sobre projetos educacionais. Esses projetos são iniciativas estruturadas com objetivos claros para desenvolver

temas ou práticas pedagógicas em sala de aula. Exemplos incluem: Projetos de Leitura, Projetos de Inclusão e Projetos Interdisciplinares.

Além disso, as propostas pedagógicas desempenham um papel essencial. Elas são planos de ação educacional que descrevem como os objetivos de ensino serão alcançados, especificando estratégias, metodologias e recursos a serem utilizados. Podem ser elaboradas para atender às necessidades de instituições, turmas ou disciplinas específicas.

Segundo Grosjean, 2001 (p. 110):

[...] toda criança surda, independentemente do grau de perda auditiva, deveria ter o direito de crescer bilíngue. Ao dominar a língua de sinais e a língua oral (em sua modalidade escrita e, quando possível, falada) a criança alcança plenamente suas capacidades cognitivas, linguística e social. (

Não precisamos nos preocupar com o grau de perda auditiva das crianças surdas, pois elas não dependem da audição para aprender. O que realmente importa é que seus cérebros funcionam plenamente. É essencial promover o aprendizado de mais línguas no Brasil, permitindo que as crianças surdas sejam bilíngues. Isso resultará em uma educação de qualidade e, conseqüentemente, em uma melhor qualidade de vida.

A criação e o compartilhamento dessas ideias são fundamentais, pois incentivam inovações e geram um impacto positivo. Espera-se que futuros pesquisadores utilizem este site como referência, contribuindo com novas propostas e avanços na área educacional.

REFERÊNCIAS

AS DIFERENTES IDENTIDADES SURDAS, Perlin, Gladis. Disponível em:<<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/04/diferentes-identidades-surdas.pdf>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

BARCELONA, superfícies de borracha. Disponível em:<<https://barcelonasuperficies.com.br/blog/educacao-especial/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

BE, Escola Bilíngue: Conheça o conceito da vez na educação. Disponível em:<<https://beducation.com.br/blog/escola-bilingue-conceito-educacao/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

CARVALHO, Vilmar Fernando. Campello, Ana Regina e Souza. **A existência de quatorze (14) identidades surdas**. Disponível em:<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2792>>. Acesso em 28 de dezembro de 2023.

CUNHA JUNIOR, Elias Paulino da. **O Embate em Torno das Políticas Educacionais para Surdos: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos**. Jundiaí, Paco Editorial; 2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, LEI Nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

FORCADELL, Elizete Pinto Cruz Sbrissia Pitarch. **Libras**. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7067031/mod_resource/content/1/apostila%20LIBRAS.pdf>. Acesso em 23 de janeiro de 2024.

FRANÇA, Ana Paula Pereira de. **Considerações sobre o ensino bilíngue para surdos na educação de jovens e adultos**. Disponível em:<<https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/1684/1/Considera%c3%a7%c3%b5es%20sobre%20o%20ens%20bil%20p%20surd%20na%20ed%20de%20jovens%20e%20adultos%20-%20Ana%20Paula%20P.%20Fran%c3%a7a.pdf>>. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. Autêntica Editora. Data da publicação; 29 de junho de 2017.

MEC. **Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>>. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

OLIVEIRA, M. S. A. **Preconceito e discriminação em histórias sinalizadas surdas em Juazeiro do Norte – CE.** 2020. 110f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2020.

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

PETERSON, I. J. **Uma avaliação da educação dos surdos na inclusão escolar: estudo de casos.** (Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação em LIBRAS) - Instituto Superior de Teologia Aplicada – INTA. Juazeiro do Norte, 2012.

PIECZYKOLAN, Adriana. Valle, Andréia Elicker de Oliveira do. **Educação especial no brasil: a importância de garantir acesso à educação a todos.** Disponível em:<<https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1019/EDUCAO~1.PDF?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

PORTAL EDUCAÇÃO, A História dos Surdos. Disponível em:<<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fonoaudiologia/a-historia-dos-surdos/12144>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022

Projeto classifica educação bilíngue para surdos como modalidade de ensino, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/774138-projeto-classifica-educacao-bilingue-para-surdos-como-modalidade-de-ensino/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

STREPHONSAYS. **Diferença entre escola e educação.** Disponível em:<<https://pt.strephonsays.com/school-and-vs-education-1693>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

Qual a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva? GUIADERODAS. Disponível em:<<https://guiaderodas.com/qual-a-diferenca-entre-educacao-especial-e-educacao-inclusiva/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

SANTOS, Adriana Prado Santana; GOES, Ricardo Schers de. **Língua Brasileira de Sinais – Libras.** UNIASSELVI, 2016. Disponível em:<<https://www.uniassevi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=24803>>. Acesso em 23 de janeiro de 2024.

SOARES, Leticia. **Qual a diferença entre Educação especial e Educação Inclusiva?** Disponível em:<<https://guiaderodas.com/qual-a-diferenca-entre-educacao-especial-e-educacao-inclusiva/>>. Acesso em 24 de janeiro de 2024.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

LEI Nº 3656, DE 23 DE MARÇO DE 2010. Disponível em:<https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/1345/LEI%20MUNICIPAL_3656_2010_0000001.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

LEI Nº 5.356, DE 30 DE AGOSTO DE 2022. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/ce/j/juazeiro-do-norte/lei-ordinaria/2022/536/5356/lei-ordinaria-n-5356-2022-institui-a-lingua-brasileira-de-sinais-libras-e-a-traducao-simultanea-dos-trabalhos-parlamentares-nas-sessoes-da-camara-municipal-de-juazeiro-do-norte-ce>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

LEI Nº 5332, DE 11 DE JULHO DE 2022. Disponível em:<https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/7487/LEI%20MUNICIPAL_5332_2022_0000001.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

LEI Nº 5.398, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2022. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/ce/j/juazeiro-do-norte/lei-ordinaria/2022/540/5398/lei-ordinaria-n-5398-2022-dispoe-sobre-a-presenca-de-interprete-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-no-horario-de-atendimento-ao-publico-em-todas-as-agencias-bancarias-do-municipio-de-juazeiro-do-nortecer-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

LEI PROMULGADA Nº 5.431 23 DE FEVEREIRO DE 2023. Disponível em:<https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/7906/LEI%20MUNICIPAL_5431_2023_0000001.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA). Disponível em:<<https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%20C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

LEI Nº 14.704, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm>. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

CUNHA JÚNIOR, Elias Paulino da. **Surdos Professores: A Constituição de Identidades por meio de Novas Categorias pelo Trabalho em Territórios Educativos.** 2022 Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

Prodanov, Cleber Cristiano. Freitas, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** Disponível em:<file:///C:/Users/Dell/Downloads/Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2024.

Rizzi, Luciano Emilio da Silva. Guimarães, Cayley. **Conceito Deafhood pela obra de Paddy Ladd - Entendendo a cultura surda: Em pesquisa de deafhood.** Disponível em:<<https://eventos.utfpr.edu.br/sicite/sicite2019/paper/viewFile/5244/1300>>. Acesso em 27 de agosto de 2024

Jesus, Jefferson Diego de. Fernandes, Sueli de Fátima. **EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS/AS: UM ESTUDO COMPARATIVO DA ESCOLA BILÍNGUE E DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA**

INCLUSIVA. Disponível em:<file:///C:/Users/Dell/Downloads/Dialnet-EducacaoBilingueParaSurdos-6202850.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2024

Reis, Flaviane. Lima, Marisa Dias. **EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA LDB: UMA NOVA CONQUISTA DO MOVIMENTO SURDO.** Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8670061/30751>>. Acesso em 27 de agosto de 2024

BEZ BATTI, CRISTIANE NUNES. **História dos Surdos de LAGUNA: Resgatando o passado e construindo o futuro.** Laguna/SC. Editora Vecchio (Selo Inclusificando), 2024.

Alves, Carla Barbosa. Ferreira, Josimário de Paula. Damázio, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez.** Disponível em:<file:///C:/Users/Dell/Downloads/2010_liv_cbalvez.pdf>. Acesso em 01 de abril de 2025.

APÊNDICES

ESCOLA PREFEITURA DE TARCILA CRUZ ALENCAR TCA

CNPJ: 01.910.308/0001-37

Rua: Avenida Presidente Castelo Branco, s/n.

Bairro: Novo Juazeiro Cidade: Juazeiro do Norte-CE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos que a instituição autoriza a pesquisa intitulada: “**PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS EM SALAS INCLUSIVAS**”, que será desenvolvida pela pesquisadora Lidiane Cristina Coelho, nesta instituição, com o objetivo de investigar as estratégias de ensino aplicadas pelos professores do Ensino Fundamental da Escola prefeitura de Tarcila Cruz Alencar - TCA, localizada em Juazeiro do Norte-CE, para a mediação do conhecimento com as turmas de 5º ao 9º ano, diante das aulas presenciais.

Juazeiro do Norte, _____



Cicero Jackson Pinheiro Beserra
Diretor Administrativo
Portaria Nº 0261/2023

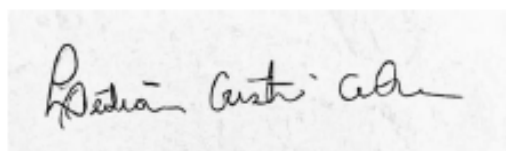
Diretor

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM PROJETO DE PESQUISA

TÍTULO DA PESQUISA: PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS EM SALAS INCLUSIVAS: UMA REALIDADE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JUAZEIRO DO NORTE-CE.

Eu, Lidiane Cristina Coelho pesquisadora, estudante do Mestrado de Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba, portador do RG: 5.915.739 e CPF: 073.503.039-12, declaro que estou ciente do referido Projeto de Pesquisa e comprometo-me em acompanhar seu desenvolvimento no sentido de que se possam cumprir integralmente as diretrizes da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande - PB, 18 de outubro de 2023.



Pesquisador Responsável: Lidiane Cristina Coelho
CPF 073.503.039-12



Orientador: Prof. Dr. Juscelino Francisco do Nascimento
CPF 027.065.093-84